

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 41ª
(QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER A PROPOSTA DE
REFORMA TRABALHISTA A SER APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL,
DE 11 DE MAIO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.511, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 11 de maio de 2017, fica transformada em comissão geral para debater a proposta de reforma trabalhista a ser apresentada pelo Governo Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Transformada a sessão em comissão geral, suspendo-a por vinte minutos para a chegada dos debatedores e dos convidados à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Está suspensa a sessão.

(Suspensão às 15h07min, a comissão é reaberta às 15h38min.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	2

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater a proposta de reforma trabalhista apresentada pelo Governo Federal.

Convido a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT e Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal e Territórios, Dra. Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro; o Exmo. Sr. Desembargador Regional do Tribunal Regional de Trabalho – TRT 10ª Região, Mário Caron; o Sr. Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e Tocantins, Valdir Pereira da Silva; o Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do DF – SINTTEL e da federação dos telefônicos do Brasil, Brígido Ramos; o Exmo. Sr. ex-Ministro do Trabalho, Deputado Federal e grande lutador na defesa dos trabalhadores e da democracia deste País, nosso companheiro Ricardo Berzoini; o Sr. Dirigente da Central Única dos Trabalhadores e da Federação Centro Norte dos Bancários, Jacy Afonso.

Está presente nosso companheiro Regivaldo, presidente em exercício no Sindicato dos Vigilantes, tendo em vista que o Paulo está em missão no estado do Piauí. Um piauiense está dizendo que o Piauí é o melhor estado do Brasil, e ainda está completando dizendo que é governado por um petista muito bom, o nosso companheiro Wellington Dias.

O sentido desta nossa comissão geral – espero que mais trabalhadores cheguem, porque convidamos todos os sindicalistas desta cidade – é trazer autoridades da mais alta importância do mundo do trabalho, além de procuradores. Aqui estão o Dr. Caron, Desembargador do Trabalho, e o nosso companheiro Ricardo Berzoini, para dizerem à luz da verdade o que está acontecendo com o mundo do trabalho neste País. As mudanças que estão sendo propostas são tão impactantes que a sensação que a gente tem é que os próprios trabalhadores estão desconhecendo.

Na verdade, a consolidação do golpe – eu conversava há pouco sobre isso no cafezinho –, ninguém mais tem dúvida neste País de que nós não estamos vivendo numa democracia. Quando esse golpe foi concebido, buscavam consolidar alguns pontos de vista da destruição do mundo trabalho. Só que foi uma coisa pensada bem antes.

É só verificarmos, Dra. Cláudia, Dr. Valdir e Dr. Mário Caron, os ataques que foram feitos à Justiça do Trabalho, antes de encaminharem a reforma trabalhista. Praticamente disseram que a Justiça do Trabalho não servia para nada e era muito cara – essa era a justificativa deles –, a ponto de um Deputado Federal, e naquele dia eu senti muito vergonha por ele, dizer que era melhor pegar o dinheiro que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	3

custeava o Ministério Público e os tribunais do trabalho e distribuir, a esperar que entrassem com ação trabalhista. Todos vocês acompanharam isso.

Quer dizer, o elemento chega ao ponto de falar uma barbaridade dessa numa sessão do Congresso Nacional. Realmente, era a sinalização do que eles seriam capazes de fazer. Mas a gente ainda achava que eram poucos, e aquilo era um tresloucado que estava com aquele pensamento; mas não, era o pensamento da maioria. Infelizmente, nós estamos vendo agora que era o pensamento, sim, da maioria e no Congresso Nacional. O que compõe o Congresso é o Senado e a Câmara. Muitos Deputados percorreram os mais longínquos recantos do Brasil pedindo voto, dizendo que viriam para o Congresso Nacional defender os trabalhadores. Agora, mais do que nunca está explícito efetivamente o que eles querem defender.

Ainda tem trabalhador dizendo: eles não vão fazer esse tipo de medida, porque não serão reeleitos. O problema não é esse. O problema é que, junto com isso, está proposta a reforma política. Junto da reforma política, tem uma reivindicação antiga da Esquerda. A capacidade dele de transformar as coisas que a Esquerda propôs em algo nocivo é terrível.

Portanto, para sacramentar tudo isso, eles estão querendo a garantia da lista fechada com os atuais Deputados encabeçando a lista. Estão dizendo a eles: podem fazer tudo porque a lista é fechada; vocês serão eleitos porque vão encabeçar a lista. Então, é isso. Não basta nominar os atuais Deputados que estão perpetrando essa barbaridade. Nós temos que dizer quais partidos estão fazendo isso, porque não é o Deputado, é o partido dele que dá sustentação a isso.

A brutalidade dos ataques que estão sendo feitos é tão grande, que a sensação que temos é a de que os trabalhadores estão anestesiados. Parece que a maioria está dando como barato: já venceram mesmo, não tem mais jeito. E tem! A última trincheira que nós ainda temos dentro da discussão política, no meu ponto de vista, é o Senado Federal, que pode perfeitamente reparar essas barbaridades.

Depois vem outra questão: a discussão jurídica, que certamente acontecerá, tanto na suprema Corte do Brasil, como em cada ação trabalhista a ser movida a partir daquilo ali. E aí os procuradores do trabalho, especialmente, mais os desembargadores do trabalho terão que ser nossos aliados na defesa da legalidade. Quanto mais vamos lendo, mais vamos nos assustando. Parece um filme de terror, vai passando cena após cena, e cada vez mais nos amedrontamos. E há o cinismo!

Por exemplo, existe a história de dizerem: vamos liberar para as mulheres grávidas trabalharem em local insalubre, desde que o médico ateste que ela pode trabalhar em local insalubre. Outra barbaridade, e é mentira, é dizer que essa reforma foi concebida para gerar emprego. Essa reforma é para precarizar emprego. Ela não vai gerar emprego novo, não vai gerar um único emprego novo, porque não é a legislação trabalhista brasileira que impede a geração de emprego.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	4

Tenho sustentado a tese, que é real, de que os dois momentos que mais geraram emprego neste País foram no Governo Juscelino Kubitschek e no Governo do ex-Presidente Lula. O Governo de Juscelino, alguns de nós aqui não tiveram a oportunidade de vivenciar, pois éramos crianças, mas o Governo Lula todos nós vivenciamos, com o pleno emprego. O arcabouço jurídico e a legislação trabalhista eram os mesmos, não foi alterada uma vírgula.

Portanto, gerar emprego é uma questão de política de governo, e esse aí não está aqui para gerar emprego, está para precarizar os empregos existentes no Brasil. Na venda das estatais, no que eles estão querendo agora trazer, vai vir o investimento junto com a mão de obra. É o que acontece, por exemplo, em Angola, Dr. Mário Caron; o capital chinês leva junto o chinês para trabalhar. Para cá virá o capital chinês mais os chineses, e os brasileiros vão ficar desempregados. E aí, cada vez mais vão tentar aquelas travessias malditas para os Estados Unidos, para serem comidos pelos jacarés, para serem mortos pelos guardas ou para serem enrolados pelos coiotes. Muitas vezes morrem de sede no deserto, para chegarem lá e ainda lavarem prato. A saída não é fugir para os Estados Unidos, a saída é lutar dentro do Brasil para ter dignidade.

Para isso, dependemos muito, muito, das lideranças sindicais do Brasil, que têm capacidade de acordar os trabalhadores para a realidade brutal que nós estamos vivendo. Essas são as minhas palavras iniciais.

Devo dizer que esta sessão está sendo transmitida ao vivo pelo meio de comunicação que nós temos, porque os grandes meios de comunicação não estão aí para dar espaço para a gente, estão aí para falar mal. Mas nós estamos aqui transmitindo pelo Facebook do Chico Vigilante também ao vivo. Não tem o alcance da Globo, mas tem o nosso alcance, do tamanho das nossas pernas, do tamanho que nós somos, com uma diferença, Brígido: aqui falamos a verdade e não censuramos. Todo mundo vai falar, e o que falar será publicado, porque é ao vivo. Com a palavra inicialmente, o Desembargador Regional do Tribunal Regional do Trabalho, Sr. Mário Caron.

SR. MÁRIO CARON – Boa tarde, Deputado Chico Vigilante, Procurador Waldir, Procuradora Ana Cláudia, Ricardo Berzoini, sindicalistas Jaci Afonso e Brígido e todos os presentes.

Eu queria agradecer o convite ao Deputado Chico Vigilante. Eu acho que nós não podemos perder sequer uma oportunidade, como falou o Deputado Chico Vigilante agora, de falarmos a verdade. Não basta apenas o Desembargador Mário falar essa verdade. Muito mais importante do que isso é a verdade dita por cada um dos senhores, seja através da liderança do sindicato que exercem, seja através da liderança pessoal de cada um junto a sua comunidade.

Todos os que estão aqui preocupados, numa tarde de quinta-feira, para discutir um tema como reforma trabalhista – até uma expressão totalmente errada,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	5

como eu vou explicar – é porque são líderes que querem passar para os outros aquilo que é a verdade, aquilo que se está pretendendo fazer neste País. Eu digo mais: eu ainda acredito que, apesar de toda a força da Globo, da Record, do SBT, do *Estado de São Paulo*, da *Folha*, da *Veja*, da *Isto é*, da *Época*, que não dizem a verdade, eu acredito que usar o Facebook, conversar com o companheiro do lado, conversar com o vizinho, conversar com o bairro, isso é tão importante quanto. Ponham na cabeça a força que os senhores têm. Invistam e ajam com a força que a classe trabalhadora tem. Não façam como muitos, como eu vejo: “Ah, não, isso aí é assim mesmo, isso não vai mudar nunca.” Quantos movimentos foram feitos pela classe trabalhadora com os quais chegamos a um avanço ou, pelo menos, lutamos e conseguimos impedir o retrocesso? Pensem nisso.

A sociedade brasileira precisa muito da classe trabalhadora, se não para os próprios trabalhadores, pelo menos para seus filhos e para seus netos, nossos filhos e nossos netos. Quem está tranquilo, quem perdeu a vontade, quem perdeu a esperança tenha esperança, quando olhar seus netos, seus filhos até aqueles que não nasceram. Pensem nisso, porque – agora eu inicio – isso não é reforma.

Reforma, eu tenho e faço para melhorar. Vamos pensar, por exemplo, naquele nosso puxadinho. Esperamos o décimo-terceiro para fazer um banheiro ou alguma coisa assim. Isso é uma reforma em nossa casa. Esperamos o décimo-terceiro, pedimos um empréstimo, fazemos alguma coisa e vamos azulejar, vamos construir alguma coisa para melhorar para nossa família.

O que estão propondo no Projeto de Lei nº 6.787 não é uma reforma, é a demolição. Se é um banheiro, com certeza, nós vamos fazer nosso cocô ao vivo e em cores para todo mundo ver. Vai virar mato, moita.

Pensem nisto. Isso que está aqui não é reforma, é um assalto, um assalto às conquistas, um assalto a uma sociedade que se diz civilizada. Por que isso? Porque, simplesmente, destroem o que conhecemos por Direito do Trabalho ou pretendem destruir, como depois eu vou falar.

O Direito do Trabalho, por que ele é Direito do Trabalho? Primeiro, ele tem um objetivo claro, histórico. Ele é o direito do ser humano, não é o direito da máquina. Nasceu assim, como resistência. Ele tem o seu foco, o seu objetivo no ser humano e não no capital. É uma questão até interessante: ao mesmo tempo em que ele nasce da necessidade do próprio capitalismo, ele é uma luta dos trabalhadores em face desse capitalismo. Apesar de ele ser aceito para estancar a pressão das lutas de classes, ele, ao mesmo tempo, é uma conquista dos trabalhadores dentro do nosso mundo capitalista.

Isso que estão propondo aqui é como eu tenho dito: você pode chamar de tudo. Pode chamar – eu costumo até dizer esse termo, mas não sei por que ele veio a minha cabeça – de tanajura, direito do capital, bolinha de gude, mas não o chame de direito, muito menos de Direito do Trabalho, porque destruíram e tentam destruir

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	6

– vou dizer mais uma vez, tentam – o que é essencial para o Direito do Trabalho, que é justamente esse aspecto protecionista.

Nós não podemos ter, regulando o Direito do Trabalho, a relação de trabalho, o Direito Civil, que pressupõe igualdade. Nós não podemos ter isso. Será que aquilo que eu aprendi no tempo da escola ainda, que nós vamos dar liberdade para a raposa discutir com as aves, dentro do galinheiro, qual é a melhor forma de alimentação? Porque é isto que se pretende: liberdade, liberdade, liberdade. Mas a raposa vai saber muito bem utilizar a liberdade dentro do galinheiro. Com certeza, nós sabemos o final dessa história.

Quando nós chegamos e esquecemos que, no Direito do Trabalho, para ser chamado Direito do Trabalho, existe o princípio da norma mais favorável. Nós não podemos aceitar o que está sendo proposto. O que é a norma mais favorável? Que princípio é esse? É a essência do Direito do Trabalho. No Direito Civil e nas outras normas, há uma hierarquia de leis, vamos dizer assim. A Constituição vale mais do que uma lei complementar, que vale mais do que uma lei ordinária, que vale mais do que um decreto, que vale mais do que uma portaria, e assim vai descendo. No Direito do Trabalho, não. No Direito do Trabalho – olhem a beleza disso –, o que vale é não o retrocesso, mas impedir o retrocesso; o que vale é o avanço. Então, por exemplo, eu tenho uma lei, eu tenho a Constituição dizendo que o adicional sobre horas extras é de 50%; vem uma convenção coletiva e diz que o adicional é de 60%; vem um acordo coletivo com a empresa e diz que o adicional é de 65%; depois o empregado e o empregador resolvem assinar um contrato dizendo que o adicional é de 70%. O que vale é isso. O que vale é isso. Qual? O contrato lá na base, porque é melhor para o trabalhador. E por que estou dizendo isso? Isso é assim, do nada? Não! A Constituição Federal fala que os direitos ali previstos e as normas também são mínimos. Dali, não pode retroagir. E aí é que está uma grande primeira inconstitucionalidade na minha visão. Nós não podemos retroceder conquistas sociais. Isso estaria atacando o princípio constitucional. Não há possibilidade disso. É com base em um princípio, é com base em uma compreensão, que vai ter de ser debatida nos tribunais.

Nós temos, na nossa Constituição Federal, o art. 1º – eu não me canso de falar isto em todas as manifestações de que participo –, que é fundamento da nossa República. Dentre vários, soberania e – temos lá – dignidade da pessoa humana. Segundo, valor social do trabalho e da livre iniciativa.

Neste País, então, se você quer ter o trabalho, não é o trabalho pelo trabalho, não é simplesmente o fato de se levantar, acordar e fazer algo. Não. Esse algo a fazer em que você vai gastar a sua energia pessoal, além de lhe dar dignidade, tem que ter um valor, uma compreensão social inserida. Tem que ser algo para todos. Uma conquista de todos. Está lá.

Por isso é que, quando falam agora no trabalho rural – “Ah, pode vender 100% de férias” e não sei o quê –, não tem valoração social em uma questão dessa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	7

Trocar por prato de comida? Não tem valoração social! Então, é inconstitucional! Não sou eu que estou dizendo, não. É Constituição Federal que nós votamos! Uma Constituição, diga-se, que defende e estabelece um regime capitalista neste País. Eu não estou falando de socialismo, não estou falando nada disso, estou falando na nossa Constituição capitalista, liberal. E, nesse mesmo dispositivo, Dr. Valdir, cita-se: "A livre iniciativa está estabelecida." O que quer dizer isso? Quem quiser ser empreendedor neste País, que seja. Quem quiser ser empregador neste País, quem quiser ter uma empresa, que faça. Total liberdade! Toda a liberdade do mundo! Mas é o lucro pelo lucro? Eu estabeleço uma empresa apenas pelo lucro? É claro que o empresário tem que ter o lucro dele. Dentro de um País capitalista, tem que ter, mesmo. Agora, é só isso? Não. Está lá no mesmo art. 1º, que fala dos fundamentos da República Federativa do Brasil: a livre iniciativa com a valoração social. O que quer dizer isso? Que o empresário, para ser empresário e ser reconhecido como tal, tem de ter um compromisso social. Ele tem que ter um compromisso com a distribuição de riquezas. Ele tem que ter um compromisso com o crescimento da justiça social, senão essa atividade dele pode ser legal nos termos burocráticos e cartorários, mas não será legal sob o prisma constitucional.

Então, os senhores vejam que tem muita coisa a ser discutida nessa lei. Quando tenho uma lei, por exemplo, que estabelece o negociado sobre o legislado de uma forma ampla... É muito interessante a maldade que se coloca no texto: para você flexibilizar negativamente para os trabalhadores, o texto é exemplificativo. O que quer dizer isso? Pode ser isso que eu estou escrevendo nas linhas e mais o que vier. Quando o texto fala que não pode valer o negociado sobre o legislado, quando isso é ilegal, ele é bem taxativo! E não alcança as grandes conquistas financeiras e econômicas. Então, isso não é Direito do Trabalho.

Quando se determina que um juiz tem de analisar uma convenção ou um acordo coletivo olhando apenas e exclusivamente, como fala o texto, aqueles requisitos que a lei civil fala para a validade de um ato – agente capaz, objeto lícito –, acaba-se com o Direito do Trabalho. Está pior do que contrato de adesão de consórcio. Não é assim! Em contrato de adesão, pelo menos há o direito do consumidor, que é protegido. Não é assim!

Então, o que temos de enxergar é uma luta! Primeiro, é uma luta para evitar que isso seja aprovado. Evitar. Dizer que é impossível? Eu posso dizer até que é difícil, mas impossível, não.

Eu vou dar um exemplo para os senhores aqui, apesar de toda a mídia mostrar justamente aquilo que não interessa, notícias escondidas. Dia 28, quando houve a paralisação geral: "Trabalhadores são prejudicados pelo movimento." Nunca mostram cenas de poucos trabalhadores ou poucas pessoas na rua. Pois os senhores acreditam que, na minha opinião, o movimento do dia 28 parou este País? Parou este País! Parou tanto, que impediu até que muitos manifestantes chegassem aos locais apropriados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	8

Eu não vejo *Rede Globo* há muito tempo. Não vejo televisão nenhuma há muito tempo. Não fiquem hipnotizados por essas mensagens, não! (Palmas.) Os trabalhadores pararam este País, mostraram força e podem mostrar muito mais. Esse é o primeiro embate que temos de fazer.

Como falou o Chico – o Berzoini sabe mais do que eu sobre o processo legislativo lá no Congresso, não é? –, no Senado, a eleição é majoritária, uma coisa mais difícil. O Chico falou aqui uma verdade. Em uma dessas falas, falei para a Confederação dos Trabalhadores no Comércio – quando disseram “Olha, vocês têm que ir lá falar com o seu deputado, do seu município, da sua cidade” –, que eu concordo com o que o Chico falou. Temos que ter preocupação com aquele Deputado e como ele votou, mas mais do que isso. Não me importa o partido, quero saber de que partido ele é. Se for do PT, não vote no PT; se for do PMDB, não vote no PMDB; se for do DEM, não vote no DEM. Tem que ser assim, gente! Não é só o fulano! Sabe por quê? Porque eu posso não me candidatar, mas ponho o gerente da minha empresa e entro depois como suplente. Isso acontece! Ponho o meu filho, que ninguém conhece! Não pode ser assim, não! Nós temos que dar responsabilidade aos partidos, mas também requisitar essa responsabilidade.

Então, trabalhem muito essas coisas! Pensem de novo: vocês são líderes, no Brasil todo. Passem de um para o outro. As campanhas da elite que comandam os mais conservadores por meio da internet – eu não sei mexer nisso, não sei nem abrir *e-mail* – está fortíssima. Parece-me que os trabalhadores mais progressistas não conseguem acompanhar, e os senhores precisam disso. Passem no boca-a-boca. Já ouviram falar que o bom de um comércio, de qualquer coisa, é o boca-a-boca? “Vai lá almoçar, que é bom.” Façam isso.

Agora, se passar... Aqui estão os dirigentes sindicais, o Ministério Público, não sei se temos advogados militantes ou de sindicatos aqui, mas eu proponho que as associações de magistrados, de procuradores, de advogados discutam cada pedacinho dessa lei, para que a gente possa, dentro de um tempo, pensar como decidir e propor as ações trabalhistas.

A ação trabalhista já tem de vir pensando nesses absurdos, e contra eles, com base na Constituição. Se não pela inconstitucionalidade, pelo menos pela conformidade; uma interpretação conforme.

Eu estava lendo aqui, não quero falar muito, acho que no momento não seria nem interessante, mas há muita interpretação. Se eu tenho os princípios na cabeça, eu posso interpretar conforme a Constituição ou conforme o Direito do Trabalho. Será uma luta árdua? Sim. Confesso até que eu fico preocupado que se entre logo com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. A minha preocupação é por que o Supremo, hoje, está muito conservador. Está mais conservador do que eu em uns três anos, e é difícil ter alguém mais conservador do que eu. É perigoso nós matarmos logo uma ação, não sei se a estratégia seria essa, talvez devêssemos construir com base. Como? Se um

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	9

advogado de um sindicato vai entrar com uma ação por causa da aplicação dessa lei nova, vamos trazer já o conceito e a discussão constitucional. Isso vai para a defesa que, claro, vai contrariar, mas vai chegar até o tribunal, chegará até o Tribunal Superior do Trabalho. Pelo menos há um caminho de discussão para gente interpretar.

Antes disso, o que eu proponho, além dessas reuniões, é que nossas associações façam oficinas, trabalhos, congressos; mas práticos. Pegar artigo por artigo de cada lei aprovada e falar: "Olha, o congresso de Brasília decidiu que..." Uma plenária grande, participativa, com vários membros conhecidos: ministros do trabalho, desembargadores, advogados, procuradores. Artigo tal, é isso, a nossa interpretação é essa, para ajudar nesse arrancar de interpretações das ações trabalhistas que irão surgir.

Eu achei que vinte minutos era muito, mas já passei muito desse tempo. Adoro falar. Agradeço a oportunidade. Acredito muito nisso e peço ajuda. Não sou da classe trabalhadora, sou daquela classe média que pensa que é muito; no entanto, eu preciso muito dessa luta dos trabalhadores não para mim, mas para os meus filhos e para os meus netos que ainda terei. O Brasil não pode virar o que pensam que ele vai se tornar. Não vai. Os pequenos empresários que tenham isto na cabeça: Essa liberalidade total vai acabar com os pequenos e médios empresários. Eles serão engolidos pelo capital internacional, e até os grandes. Tenho certeza disso. Eles têm que ouvir isso.

Muito obrigado e desculpem pelo tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Mário Caron pela verdadeira aula nesta tarde. É sempre muito bom ouvi-lo. Conforme o senhor já disse em outros encontros nossos, você está à disposição para debater em qualquer lugar do Brasil, desde que pague a passagem e uma hospedagem simples. Aqui em Brasília, está à disposição do movimento sindical. Eu acho que é uma coisa que a gente tem que voltar a fazer. Isso a gente fazia muito durante a ditadura, não é Dona Izabel? Vamos fazer de novo.

Antes do próximo orador, quero dizer que a gente tem a tradição de oferecer em nossas audiências um café. Ele está ali no canto.

Também vamos inscrever dez pessoas para falar. Alguns que já vieram à aqui à Câmara Legislativa já sabem das regras e se inscreveram antes. Já há oito inscritos. Temos vagas para mais duas pessoas.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e Tocantins, Valdir Pereira da Silva.

SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Cumprimento o Desembargador Mário Caron; a Dra. Ana Cláudia, Procuradora do Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal e Vice-Presidente da Associação

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	10

Nacional dos Procuradores do Trabalho; o ex-Ministro do Trabalho Ricardo Berzoini; o Jacy Afonso e o Brígido, que são sindicalistas.

Inicialmente eu quero dizer que é uma grande honra estar aqui representando o Ministério Público do Trabalho para uma plateia não só de trabalhadores, mas majoritariamente representante dos trabalhadores. Eu estou aqui como fiscal da lei, como representante do Ministério Público da União, representante do Ministério Público do Trabalho e com uma preocupação muito grande com a nossa Constituição. Nesse contexto dessa série de medidas, de artigos desse projeto de lei que foi aprovado agora no Senado, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017 e, na Câmara dos Deputados é o Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, essa é a minha preocupação.

Quero alertar aos senhores e a todos nós que estamos presentes nesta Mesa sobre essa grande responsabilidade desse verdadeiro alerta em relação ao que está ocorrendo, ao que está em vias de se sacramentar no Brasil. Virtualmente, é a desconsideração de toda uma construção histórica relativa realmente aos direitos sociais, aos direitos do trabalho.

Essa herança, nós estamos tendo agora o privilégio de defender, e não só em nosso nome, mas em nome de gerações que vieram atrás de nós, que morreram, que se expuseram para que tivéssemos todo esse arcabouço normativo que realmente corre perigo grande e imediato. Usando a palavra do Dr. Mário Caron, não se deveria falar reforma trabalhista. Realmente eu tenho muito receio e me sinto mal em falar reforma trabalhista. Eu digo desmonte trabalhista.

A responsabilidade é muito grande de todos os que estão aqui presentes, todos que nos veem via internet. Eu digo via internet porque os meios de comunicação – lamentavelmente, como foi dito nesta Mesa – estão apontando somente um dos lados dessa questão, e através de um verdadeiro mantra que são três palavras ou semifrases – nem uma frase completa –: modernidade, CLT antiga e geração de empregos.

Eu, numa abordagem eminentemente técnica e constitucional, tenho condições de dizer que realmente nenhum desses argumentos correspondem à realidade do que foi votado ou que vai ser votado no Senado Federal. É importante um alerta, uma abordagem artigo a artigo, e que isso seja disseminado em todo o País. Que esta sessão aqui, Deputado Chico Vigilante, possa realmente germinar essa discussão em nível nacional, porque a situação demanda essa emergência.

É um projeto de lei que, a título de modernidade, prevê – a título exemplificativo – que uma gestante possa trabalhar em ambiente insalubre mediante atestado de um médico que não do trabalho. Então, se formos na NR 15, a proteção à gestante é um direito social esculpido, previsto no artigo 6º, *caput*, da Constituição, que diz que é dever do Estado a preservação da grávida, da gestante.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	11

Só um desses inúmeros dispositivos diz que a grávida, a gestante, pode trabalhar num ambiente insalubre.

Isso é só um exemplo. Nós temos aqui mais de cem exemplos. Não se assustem, isso é apenas uma amostra do que está sendo modificado na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, nesse arcabouço todo que eu não vou ler, evidentemente, mas a que vou fazer breves remissões. Essa questão da gestante é exemplificativa.

Que modernidade existe ao se colocar uma gestante para trabalhar numa atividade insalubre, mediante um atestado de um médico que não seja do trabalho, num ambiente que se caracteriza por contato com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, que implica o contato – isso está exposto na parte de agentes biológicos, Anexo XIV da Norma Reguladora 15 – com carnes, glândulas, vísceras, sangue, esgotos, lixo urbano, hospitais – esse é o grau médio –, serviço de emergência, contatos em laboratórios de análise clínica e histopatologia, cemitérios, exumação de corpos, estábulos e cavalariças? Que modernidade é essa que não respeita nem sequer as gerações que vêm, as gestantes? Isso é modernidade?

Que modernidade é essa que dificulta o acesso do adolescente a mercados de trabalho, inicialmente, numa atividade de aprendizagem, num País que tem 3 mil lixões e é incapaz, por falta de vontade – eu posso dizer isso porque atuei em casos concretos –, de tirar seus adolescentes dos lixões e cria mecanismos para dificultar a aprendizagem mediante acordo coletivo dizendo qual atividade é passível ou não de aprendizagem? Isso é um problema absurdo e inconstitucional.

Que modernidade é essa que discrimina a pessoa com deficiência levando isso para o acordo coletivo ou comissão coletiva, pessoas que não são da área médica, não têm essa atribuição? Existe previsão legal para identificar quem realmente é uma pessoa com deficiência, mas elas vão elencar qual é a atividade que é incompatível com a contratação de pessoa com deficiência. Isso é uma clara discriminação prevista no art. 7º.

Então, senhoras e senhores, esses três exemplos, dentre inúmeros, demonstram que esse projeto não tem nada de modernidade. Três simples exemplos acenam, realmente, para dificuldades ainda maiores no sentido de desmontar todo um arcabouço de conquistas de milhares e milhares de trabalhadores no decorrer da história, no Brasil especificamente, e que colocam o Brasil numa posição – isso eu digo com toda a tranquilidade – de dar orgulho a todos que estão neste recinto e àqueles que nos veem através da internet ou por qualquer outro meio. O sistema de trabalho brasileiro, de antiquado, de retrógrado, não tem nada. É um modelo que é invejado na Europa – isso eu ouvi ontem de um acadêmico de lá que falou comigo. É um modelo que o americano, que é considerado um exemplo de comparação de situações totalmente diferentes, gostaria muito de ter.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	12

Eu tive a oportunidade de estudar o sistema americano e cheguei à conclusão – fiquei quinze dias lá numa universidade – de que tudo o que eles queriam é ter um sistema de proteção como o brasileiro, de direito material; queriam, sim, ter uma Justiça do Trabalho, um ministério público do trabalho, uma fiscalização do trabalho e sindicatos nesse modelo nosso. Isso mediante uma análise técnica. Minha função aqui como Procurador do Ministério Público é dar esse depoimento.

Então, há todo esse clichê despejado na mídia no sentido da não modernidade. Modernidade é isso o que eu disse e muito mais coisas sobre as quais ainda vou discorrer dentro dos vinte minutos, viu, Deputado? Uma legislação antiga? Bom, o trabalho tende a gerar frutos. Se nós temos uma legislação que é motivo de inveja – essa é a palavra que ouvi ontem lá da Europa via telefone –, é porque os senhores, toda a população brasileira, nossa sociedade lutou, morreu para que tenhamos realmente esses direitos sociais e todos os direitos esculpidos na legislação infraconstitucional.

Então, esse segundo argumento, vamos dizer assim, de a legislação estar retrógrada, ultrapassada, realmente, ou é de quem conhece muito a legislação brasileira, sabe de seus efeitos na efetiva distribuição dessa equação do trabalho – produção de riquezas e divisão de riquezas –, ou é de quem realmente não conhece nada do mundo do trabalho. Essa hipótese realmente eu tenho que afastar, porque, como membro do Ministério Público há vinte anos, não posso ter a ilusão de que essas pessoas que tiveram essas ideias – eu chamaria de ideias – não têm o conhecimento da área trabalhista.

Contudo, às vezes, ao analisar essa reforma – e fiz isso durante os últimos dois dias, está aqui um pequeno resumo do que é –, realmente deparei com uma situação paradoxal. A gente que é da área – eu sou procurador há vinte anos, fui assessor de ministro do TST durante muito tempo também – verifica, ao que tudo indica, que foram compendiadas, pesquisadas situações favoráveis ao trabalhador, pinçadas uma a uma. E, para cada uma, se criou uma excludente, avançando, inclusive, na jurisprudência. Então, isso é coisa realmente de pessoas da área.

Por que, então, o paradoxo? Porque essas pessoas que foram realmente ao ponto, às vírgulas, àquele item daquela súmula lá atrás, e verificaram que realmente era uma conquista e tiraram isso, de forma paradoxal, não tiveram a preocupação com o sistema. Ou seja, vamos tirar esse benefício, vamos criar um obstáculo para o trabalhador ir à Justiça do Trabalho, mesmo o beneficiário da justiça gratuita. Se o trabalhador não for à audiência inaugural, sabe o que vai acontecer? Ele vai pagar custas. Daí, se ele for ajuizar uma outra ação, vai ter que pagar aquelas custas anteriores. Realmente quem teve essa ideia não pensou muito bem. Também se preveem os honorários da sucumbência. Então, há previsão de que mesmo o beneficiário da justiça gratuita pague realmente os honorários do advogado, se um dos seus pedidos for rejeitado. Ele ganha 4 mil reais em horas extras e perde 50 mil

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	13

reais em relação a qualquer outra parcela: porque perdeu parcialmente, vai pagar os honorários do advogado em relação ao tópico que perdeu, 5% a 15%. Em algumas situações, vai sair devedor da Justiça do Trabalho. Isso foi feito com requinte de conhecimento técnico que realmente impressiona.

O que impressiona também é a falta de rigor científico na própria redação dos artigos. O Brasil possui tradição legislativa de ter realmente o cuidado na redação, enfim, de uma situação que possa se diferenciar, e com a própria terminologia. Não se usa a palavra, não se fala que é uma reforma. Reforma presume uma melhora. Então, é um conjunto de normas prejudiciais: *in pejus*. Surpreende essa redação pela falta de rigor até científico no sentido da redação jurídica. É algo impressionante, sem aquilatar as repercussões disso.

Todo o sistema brasileiro de proteção ao trabalhador é atacado de forma injusta ou com outros objetivos que não cabe aqui apontar. A minha análise é técnica. Contudo é óbvio que, quando se colocam situações como a do artigo 618 da CLT, o acordado sobre o legislado *in pejus*, isso vai parar na barra dos tribunais. Qualquer estudante de Direito do Trabalho I vai verificar que aquelas situações são incompatíveis – a questão da grávida, da pessoa com deficiência, da aprendizagem, da terceirização de qualquer área da empresa.

A Isabel é Presidente do Sindiserviços. Também temos aqui o pessoal da vigilância. Nós acompanhamos há anos e mais anos todas essas mazelas decorrentes de uma terceirização feita sem os cuidados necessários, contratando-se empresas sem capital suficiente para arcar com seus débitos trabalhistas, com nomes até mesmo exóticos para realmente dizer a que vieram, nomes que vão fazer uma brincadeira com os órgãos de controle, enfim, nomes em inglês, capital social de um real, etc. – até agora, nas atividades passíveis de terceirização. Foi embutido na lei do trabalho temporário, nessa segunda remessa agora, deparamos com a lei do trabalho temporário enxertada com o art. 4º, se não me engano, abrindo a possibilidade, com todas as vírgulas: “Inclusive, em qualquer atividade da empresa”. Realmente esse enxerto na Lei nº 6.019 autoriza a terceirização em qualquer atividade da empresa. Primeiro, isso aí é inconstitucional também na visão do Ministério Público do Trabalho. O art. 7º presume efetivamente uma relação direta, fora situações excepcionais da atividade meio, entre patrão e empregado. Sem dizer também que essa quarteirização, essa terceirização é claramente precarizante porque, se você vai terceirizar a sua atividade-fim, que justifica o próprio conceito de empresa...

Isso é básico na faculdade de Direito: o que que é empresa? Empresa é atividade, é o que diferencia dez pessoas em uma sala de dez pessoas em outra sala. Qual é a diferença? É o que eles estão fazendo. É a atividade. Esse é o conceito de atividade. Então, se você transfere para um terceiro a sua atividade, você está se descaracterizando, inclusive, como empresa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	14

E por que se faria isso? Por que eu faria isso, se vai descaracterizar a minha empresa, se isso não vai gerar nenhum benefício de gestão? Isso é obvio em um sistema capitalista que nós vivemos: porque vai ser mais barato. Se eu contratar o Valdir terceirizado, ele vai ficar muito mais barato do que se eu o contratar de forma direta. Se eu quarteirizar, então, aí vai haver uma rede, realmente, de precarizações.

E a questão da responsabilidade dos sócios? Imaginemos um empregado do SINDISERVIÇOS – Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal, da categoria que congrega os terceirizados. Se vamos responsabilizar, realmente, os sócios, essa nova legislação que se quer aprovar dificulta essa ida ao sócio, ao falso sócio. É a questão da despersonalização da empresa – quando é uma empresa de fachada. São aventureiros que querem se beneficiar. Transfere-se para o empregado o ônus de levar à Justiça todo esse arcabouço de situações, para comprovar que realmente houve uma fraude, houve má-fé.

Podemos caminhar mais, senhoras e senhores. É importante que haja essa abordagem didática, porque nós temos visto muito, em muitos locais e em muitos eventos, uma abordagem genérica. É um desmonte dos direitos sociais. Eu não tenho receio de dizer que essa reforma – 80% dela, ou 90%, ou 95% – é flagrantemente inconstitucional. Quem mexe com Direito do Trabalho, quem é juiz, procurador ou advogado, ao ler algumas situações dessas, vai verificar que são totalmente inconstitucionais.

Como é, por exemplo, o intervalo de trinta minutos para repouso e alimentação. Para entender que isso seria razoável, precisa ser uma pessoa que nunca passou um horário de almoço em um canteiro da construção civil. Trinta minutos não dão nem para entrar na fila do bandeirão.

E a possibilidade – há muitos exemplos – de você, por acordo individual, instituir a jornada 12x36 em qualquer segmento, e prever a indenização desse horário de repouso e alimentação? Nós vamos ter zumbis trabalhando. A pessoa fica doze horas trabalhando, e cadê a hora do seu almoço? “Não, doutor, eu vendi o meu horário de almoço.”

Nós estamos tratando com seres humanos. Essa visão de otimizar até o último fragmento de força do trabalhador – a que o Dr. Mário Caron se referiu – é situação flagrantemente inconstitucional, porque um dos princípios do Estado brasileiro é da dignidade da pessoa humana. Isso é indigno, como outras situações a que eu vou me remeter, bem rapidamente. Isso não tem nada de valorização social do trabalho. É reduzir um trabalhador a um mero índice, a um mero número de geração de lucro. Isso não tem nada a ver com a função social da propriedade.

O que falar do contrato intermitente, então? Como o colega da associação falou, Dra. Ana Cláudia, isso aí é a legalização do bico: você vai ficar na sua casa e vai esperar um chamado do seu patrão: “Olha, daqui a três dias, você tem uma

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	15	

atividade aqui, você vai trabalhar três horas”. E como o trabalhador vai pagar o carnê dele da televisão, como ele vai pagar a sua geladeira?

Esse é o famoso contrato intermitente, que foi alvo do Ministério Público do Trabalho em relação à rede McDonald's. Analisando a nota técnica do nosso Procurador-Geral do Trabalho, analisando todo esse histórico sobre o qual a gente está conversando muito, colocamos por terra o argumento da geração de emprego. A rede McDonald's, ao encerrar o contrato intermitente, triplicou o número de empregados, criou muito mais postos de serviços.

Então, é muito importante que nós tenhamos exemplos técnicos, exemplos práticos para desmontar esses argumentos de propaganda – que vão criar mais empregos etc. –, porque não vão. Cito o contrato intermitente, entre outras situações.

E se o trabalhador não aparecer no trabalho acordado pelo contrato intermitente? Sabe o que vai acontecer? Ele vai pagar a metade do valor que iria receber, caso fosse trabalhar. “Valdir, você vai receber quinhentos reais.” “Não apareceu, você deve 250 para a empresa, para compensar.” E ela vai executar o trabalhador.

Isso é realmente a função social da empresa, da propriedade? Cadê a remuneração mínima prevista no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal? Então, o contrato intermitente impede realmente essa previsibilidade de gastos, de atuação. É um bico institucionalizado e, evidentemente, é inconstitucional.

Contrato de tempo parcial, aumentando sensivelmente – para 32 horas aproximadamente. É o famoso art. 58-A, dispositivo que o Sindicato dos Vigilantes estava discutindo muito na semana passada. O patrão, evidentemente, vai precarizar esse posto. Em vez de ter um empregado em tempo integral, ele vai contratar um em tempo parcial e vai exigir o máximo possível desse empregado durante aquela jornada de trabalho. Até porque, o empregador vai ter só trinta minutos de almoço. Isso é a otimização ao máximo do trabalhador, como ele fosse uma máquina.

Há outras situações arroladas aqui, como a questão das horas *in itinere*. Abolidas. Local isolado, com um serviço de transporte irregular e em condução fornecida pela empresa? É excluída a hora *in itinere*. Então, se você vai em duas horas para o seu trabalho, aquelas horas não serão consideradas, você vai trabalhar lá talvez doze horas, sem almoço, vai voltar para casa, por mais duas horas, e esse tempo não vai estar à disposição do trabalhador – as horas *in itinere*. Isso realmente não é evolução, isso não é modernidade.

Há a questão da não responsabilização da cadeia produtiva. É muita coisa. É o caso da Zara, que nós processamos lá em São Paulo, que faz com que um tênis comprado nos Estados Unidos ou em qualquer outro país custe 100 dólares – 300 reais – e, aqui no Brasil, 700 reais. É isto que o Brasil quer: ser uma nova China? *Made in Brazil* à custa de trabalho escravo? É a dificuldade de responsabilizar a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	16	

cadeia produtiva, com trabalho infantil, com trabalho escravo, como é o caso de inúmeras situações que nós temos verificado.

Vejam a questão do trabalhador hipersuficiente. O que é trabalhador hipersuficiente? Quem recebe 10 mil reais é mais hipossuficiente do que o outro, porque tem mais a perder nesse aspecto. No dia a dia do Ministério Público do Trabalho, nós verificamos muitas situações de pessoas que ganham bem mais do que isso e estão sujeitas a todo tipo de assédio e de perseguições.

Gostaria de conclamar não só todos os presentes, como o Brasil inteiro, para que isso se multiplique, a fazer uma abordagem artigo a artigo.

A questão do teletrabalho. Não existe previsão de controle do trabalho que você fizer em casa. Você vai trabalhar igual a uma máquina, sem ter direito a horas extras.

Enquanto fica no conceitual – o Dr. Mário bem ressaltou –, apenas um lado da moeda está sendo exposto. Eu não vi uma reportagem sequer que tivesse ido conversar com o trabalhador, dizendo que ele ia ganhar alguma coisa com aquilo. O que se vê é a questão de que é moderno, sempre os mesmos dizendo as mesmas coisas, sempre as mesmas pessoas.

É preciso um enfoque eu diria até didático, enquanto é tempo de reverter essa situação. Se esses dispositivos passarem do jeito que estão aqui – são mais de cem artigos, só falei de cinco ou seis –, teremos realmente uma avalanche de ações trabalhistas e de homologações judiciais de rescisões de contratos de trabalho. Isso, em certo momento – não sei se é essa a intenção, Desembargador Mário Caron –, pode asoberbar muito ou até inviabilizar a Justiça do Trabalho e o próprio Ministério Público do Trabalho, porque as fraudes, que já nos ocupam tanto tempo, Dra. Ana Cláudia, vão se multiplicar mais ainda. O importante é o esclarecimento e a mobilização, porque, se perdermos esse trem da história, realmente, vai ser muito difícil reverter isso, mesmo que judicialmente.

O mentor dessas não reformas, desse verdadeiro desmonte, esquece uma coisa básica e muito importante: o ser humano, o trabalhador, vai existir, independentemente dos rótulos. Dizer que um autônomo dentro de uma empresa o tempo todo não é empregado? Esse ser humano sempre vai existir, vai ser tutelado pelo Estado e precisa ter a sua dignidade amparada. E isso vai se reverter em direitos não reconhecidos que serão buscados, sim, no Judiciário – no trabalhista, evidentemente.

Deputado, muito obrigado. A matéria realmente suscita muito mais discussões. Daria um seminário, Deputado Chico Vigilante, discutir cada um desses artigos. É uma discussão que se coloca, e é importante que a aprofundemos para sabermos realmente a extensão do que está sendo feito. Muito obrigado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	17

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Dr. Valdir. O Dr. Valdir acaba de me dar uma excelente ideia, que eu já vou pedir para a minha assessoria examinar, que é a de fazermos um seminário, trazendo o senhor, o Dr. Caron e os demais componentes aqui da Mesa para um dia inteiro de debate, para o qual nós vamos inscrever as pessoas previamente – cada sindicato vai ter a responsabilidade de trazer tantas pessoas aqui no auditório da Câmara –, para a gente saber efetivamente quem vem e garantir as presenças. Portanto, vai ser uma aula de conhecimento grátis que os dirigentes sindicais irão receber de como se preparar.

Eu vi aqui rapidamente, Dr. Valdir, à medida que o senhor estava falando, uma notícia: Ricardo Berzoini, que acaba de entrar via ANSA – Agenzia Nazionale Stampa Associata, uma agência internacional de notícias. A notícia é de uma fábrica na França que é uma prestadora de serviços da Renault e tem 349 empregados. Ela resolveu demitir todo mundo. Os trabalhadores minaram a fábrica e vão explodi-la, se não voltarem atrás nas demissões. Inclusive já quebraram a maior máquina que havia e vão explodir a fábrica, se não houver negociação.

Afonso e Ricardo, eu estava aqui imaginando que, se fosse no Brasil uma atitude dessas, hoje à noite os editoriais da Globo – Carlos Alberto Sardenberg, Miriam Leitão e outros – iriam dizer: “Um banco de radicais que estão explodindo as fábricas!”, mas na França, que é Primeiro Mundo, eles vão fazer e ninguém vai dizer nada, se não negociarem. Por quê? Porque lá talvez haja jornalista. Aqui há lobista travestido de analista econômico, porque os caras ficam a toda hora dizendo: “A economia melhorou. A economia melhorou.” Melhorou para quem?

Quero registrar a presença da Dona Isabel Caetano, que é Presidente do Sindserviços – Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal; do Sr. Carlos Geison, diretor-geral jurídico do Sindicato Nacional dos Aeroviários; da Sra. Roseli de Jesus, assessora da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; do Sr. José Maria de Oliveira, tesoureiro do Sindicato dos Vigilantes; do Sr. Sérgio Rodrigues, advogado do Sindicato dos Vigilantes; do Sr. Juan Sanchez; do Sr. João Batista, diretor do Sindicato dos Vigilantes; do Sr. Lúcio Lima, assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística – CNTTL.

Concedo a palavra à Sra. Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT e Procuradora do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal – MPT/DF, Sra. Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro.

SRA. ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Deputado Chico Vigilante, colega Valdir, Dr. Mário Caron, Sr. Ministro Ricardo Berzoini, Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do DF, Brígido Roland Ramos, todos os presentes à Mesa e presentes aqui no auditório, quero fazer uma especial saudação a todas as mulheres em nome da Dona Isabel – acho que agora ela não está aqui –, que é grande guerreira e parceira do Ministério Público do Trabalho aqui

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	18

no Distrito Federal, sem desmerecer, é claro, as demais entidades sindicais que aqui se encontram, porque todas realmente cumprem com muito esmero esse papel de auxiliar o Ministério Público e de trabalhar com ele.

Dona Isabel, acabei de fazer uma saudação aqui à senhora e repito: cumprimento todas as mulheres trabalhadoras aqui presentes em seu nome, porque a senhora é realmente uma grande parceira do Ministério Público e é um exemplo de mulher trabalhadora guerreira, que representa uma categoria que, infelizmente, mais uma vez está sendo fortemente atingida pelos últimos movimentos do Poder Legislativo no Brasil.

Feitos os cumprimentos, eu quero primeiro agradecer ao Deputado Chico Vigilante, louvar sua iniciativa e dizer que é muito importante abriremos todos os espaços e fóruns possíveis para falar sobre esse assunto que atinge todos nós, todos que estamos aqui, todos que virão e, enfim, como já foi falado, as gerações futuras que estão se definindo agora. Se nós não nos movimentarmos, corremos um grande risco de ter isso perpetuado, essas normas que querem se consolidar nos prejudicando por muito tempo.

Bom, no trabalho do Movimento Associativo, eu sou Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Nós temos acompanhado de perto, de forma muito intensa, os trabalhos no Congresso Nacional. Temos visto as discussões e também participado delas; principalmente o nosso Presidente Ângelo Fabiano Costa, que hoje se encontra em Vitória, no Espírito Santo, justamente falando sobre reforma trabalhista também.

Então, nós temos participado das discussões e temos, de alguma forma, contribuído. Mas nós temos acompanhado nos últimos tempos que é um rolo compressor o que está acontecendo no Brasil. Desde o ano passado tivemos o ajuste fiscal, a terceirização que passou veiculada em um projeto de lei de 1998, que ressurgiu do escuro e foi aprovado. E agora tivemos a reforma trabalhista que foi aprovada de uma forma, digamos, inusitada na Câmara dos Deputados.

Digo inusitada, porque vinha num processo legislativo que era para ser normal, mas não foi. Foi pretensamente discutida. Houve uma discussão, houve diversas audiências públicas, mas ao fim, os seis, sete artigos que foram trazidos na proposta original do governo se transformaram em duzentos itens da CLT que foram modificados absurdamente no substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Rogério Simonetti Marinho.

Este substitutivo apresentado e aprovado ao final agora tramita no Senado, sem que sobre ele, sobre o seu conteúdo, houvesse qualquer discussão. Toda a discussão que houve antes foi sobre a proposta original do governo que se limitava a sete, oito, nove artigos. Não vou me arriscar a dizer o número correto agora, mas era uma situação infinitamente menor do que essa levada ao Senado Federal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	19

Agora no Senado Federal nós também temos acompanhado, ontem o nosso Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Fleury, esteve falando lá em audiência pública junto ao Ministro Ives Gandra Martins Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. E aí se contrapuseram às duas posições, um defendendo a reforma trabalhista como necessidade de modernização da legislação trabalhista e de diminuição de processos na Justiça do Trabalho, de otimização do trabalho da Justiça do Trabalho. Por outro lado, o nosso Procurador-Geral defendendo – na verdade, esclarecendo – o quanto precarizante e nociva é essa reforma trabalhista. E dizendo, com todas as letras, que ela realmente não vai gerar emprego e não vai gerar crescimento da economia; dizendo ainda que a culpa da crise econômica não é do Direito do Trabalho, dos trabalhadores.

Bom, dada essa primeira informação do que a gente tem percebido, ouvido e lido lá na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, eu quero até dizer também das nossas impressões sobre essa reforma trabalhista.

Desfeito esse primeiro argumento de que a CLT é velha, quer dizer, precisaria ser modernizada, é a culpa de ter muitos processos na Justiça do Trabalho – porque lá se fala da Justiça do Trabalho, não da Justiça como um todo, mas seria do Direito do Trabalho... Então, desfeitos todos esses argumentos falaciosos, o que se infere na verdade é o quê? Eu percebo da seguinte forma, e vou tentar resumir em três principais aspectos.

O primeiro é a precarização de direitos. Retirada efetiva de direitos dos trabalhadores. O segundo ponto é a fragilização dos sindicatos, do sistema sindical. Quer dizer, é o desmonte do sistema sindical. Aí atente bastante a isso, pois esse é o momento de reagir. Em terceiro lugar, é o enfraquecimento da Justiça do Trabalho também e o prejuízo ao acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho.

Então, dentro desses tópicos aí, me parece que cabe tudo o que a gente identificou de muito nocivo. Eu vou apenas citar alguns aqui, para não ficar muito cansativo e para a gente não ultrapassar o tempo. Vem, logo no começo do projeto, que não existe mais o direito ao pagamento pelo trabalho *in itinere*, que é o pagamento pelo tempo despendido no deslocamento para o trabalho, quando esse local de trabalho seja de difícil acesso, não haja transporte público regular e o transporte seja fornecido pela empresa. Isso tem um impacto violento, digamos assim – estou procurando outro termo, mas acho que é esse mesmo, pois tudo aqui se resume muito em violência mesmo –, mas esse tem um impacto violento sobre a atividade rural, principalmente.

Existe essa repercussão porque é onde se verifica mais essa necessidade do transporte para que o trabalhador fique à disposição da empresa o mais cedo possível. Quer dizer, ele sai da sua casa mais cedo, fica mais tempo para cumprir aquele trajeto, que é uma distância considerável, e para ficar mais tempo à disposição do empregador. Ele fica mais tempo, na medida em que ele se desloca para chegar ao trabalho no horário esperado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	20

Também a questão do teletrabalho. Coloca-se muito: “Ah, mas é preciso inovar, é preciso alterar a legislação, porque, hoje, as inovações tecnológicas exigem que o Direito do Trabalho se adéque à modernidade”. O teletrabalho, que hoje já é muito comum, inclusive, em vários órgãos da administração pública, no próprio Ministério Público do Trabalho já existe isso – e eu acho até que se precisa de uma normatização –, mas do jeito que está colocado aqui...

Só para destacar dois pontos dos mais nocivos. Não há um controle de jornada, quer dizer, não se submete o empregado a um controle de jornada, embora isso seja bastante possível pelos próprios meios tecnológicos; por outro lado, o empregado é induzido a adquirir todo o material para trabalhar, a arcar com todos os custos do teletrabalho.

Então ele não só vai ter de comprar o computador, como também vai ter de pagar a banda larga, a energia, enfim, tudo. E isso é colocado como uma grande vantagem para o trabalhador. Veja aí que há uma transferência do ônus da atividade para o trabalhador, nessa situação em que há essa indução a que ele adquira tudo e arque com tudo.

Eu tentei pensar algumas questões que acho mais graves e mais relevantes. Por exemplo, a tarifação do dano extrapatrimonial. Isso parece uma questão tão absurda e atinge tanto a questão de humanidade que eu acho que é por isso que ela chama tanto a atenção. Eu vou tentar colocar um exemplo aqui, mais simples, um dos que têm sido mais utilizados. Por exemplo, a gente pode verificar a situação, que não é incomum, de um acidente em construção civil.

Em um elevador, na construção civil, estão lá o trabalhador, o operário, o engenheiro e o cliente, que está indo lá ver o empreendimento para possivelmente comprar um apartamento, por exemplo.

Se esse elevador cai, e os três vêm a óbito, a falecer, a situação é a seguinte, como possível indenização de dano moral a essas famílias: a do operário é, no máximo, 20 vezes o maior... Dos dois trabalhadores é, no máximo, 20 vezes o valor do salário que eles percebem. Mas vejam a diferença, o operário, que pode ganhar aí 2 mil reais, vai receber no máximo 40 mil. O engenheiro, se ganhar 10 mil, vai ganhar 200 mil; e, para o cliente, não tem limitação. Não há nenhuma limitação para o cliente.

Veja que isso está inserindo, no âmbito do Direito do Trabalho, uma tarifação que não existe em nenhuma outra seara do Direito. Isso fica muito claro quando se compara com o Direito do Consumidor, como nesse exemplo agora. Isso, de forma impressionante, tem sido colocado por quem defende a reforma e por quem defende esse dispositivo como uma necessidade de segurança jurídica.

Eu volto às discussões que a gente ouve muito no Congresso de que tudo que se fala em torno dessa reforma remete à necessidade de segurança jurídica da empresa, então remete à necessidade de organizar a economia, de dar uma resposta

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	21

positiva ao mercado e, efetivamente, de trazer o crescimento econômico. Como se retirar direito de alguém fosse resolver todas essas questões. Há toda uma culpabilização do Estado social que está refletida nessas medidas que só vêm retirar direitos sem uma contrapartida. Então, o mais grave, ao que me parece, é que em tudo o que a gente vê em que se retira direito não tem uma contrapartida para a empresa. Não tem. Simplesmente se retira.

Assim, realmente, o setor empresarial está sendo tratado como o destinatário de uma reforma que, segundo se defende, é necessária para que eles tenham segurança jurídica e possam produzir mais.

Ainda voltando às questões pontuadas, às mais relevantes, a questão também da gestante, como o dr. Valdir colocou, que podem trabalhar em ambiente insalubre. Como eu já ouvi, de forma espontânea, ela pode apresentar um atestado médico do médico dela. Mas veja, em localidades menores, provavelmente, o sindicato não terá um médico ou a própria pessoa não terá o médico que possa atestar isso. Enfim, a própria situação de se admitir que a pessoa no estado de gestação pode optar por trabalhar em ambiente insalubre já me parece surreal. Veja que aí há um bem maior a se defender, mais do que à trabalhadora ou assim como à trabalhadora. É importante que se defenda o nascituro. A sociedade tem responsabilidade sobre os nascituros, porque disso depende a multiplicação da sociedade, da massa trabalhadora. Então, somente a partir daí, a gente consegue, enfim, justificar a completa inconsistência desse tipo de dispositivo.

E também, como já foi falado, mas é porque me parece tão relevante a questão do trabalho intermitente, além de todos os aspectos que o Dr. Valdir já falou, há um outro também bastante perverso, que é o trabalhador ser chamado para trabalhar – o que pode ser por algumas horas ou por alguns dias. O trabalhador tem três dias para responder se vai trabalhar ou não. Se ele der ok e falar “eu vou trabalhar”, mas no dia acontecer de ele ficar doente, não avisou a tempo, o ônibus quebrou, ou houve a greve do dia 28 e ele não conseguiu chegar, ele vai ter que pagar 50% daquilo que ele ganharia. Então, ele já começa a ter um passivo com a empresa, sem mesmo ter trabalhado. Parece-me um desdobramento também muito grave dessa questão do trabalho intermitente que, se o trabalhador, ainda que ele tenha alguma regularidade – o que eu acho muito difícil de sustentar em um contrato de trabalho intermitente, porque vai ficar completamente ao arbítrio da empresa –, como é que fica a contribuição dessa pessoa para a previdência social? Será que ela consegue se aposentar, e consegue ter quarenta anos de contribuição – como se quer também estabelecer na outra reforma? Então, ainda tem também esse efeito perverso.

Negociado sobre o legislado, que também vai contra todo o princípio básico do Direito do Trabalho, do princípio da norma mais favorável, que coloca os trabalhadores e os sindicatos numa situação muito vulnerável.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	22

A questão do acesso à Justiça eu acho que também precisa ser bastante destacada, porque esse fato de ter que pagar honorários periciais e honorários advocatícios, ainda que a pessoa seja da Justiça gratuita, vai desestimular completamente o trabalhador de ingressar em juízo. Ainda que ele ingresse e ganhe alguma coisa, vai sair completamente sem nada ou também já devendo. Então, é uma situação que leva também a essa violação constitucional de impedimento do acesso à Justiça.

Outra questão é a extinção do contrato de trabalho por acordo, em que se estabelece o pagamento de verbas rescisórias por metade. Então, vejam que, numa situação de subordinação do empregado, ele precisa receber as verbas rescisórias. Quem vai ficar desempregado tem que receber logo. Se sabe que vai parar de receber salário, tem que receber dinheiro. Vejam como será difícil ele se negar a fazer um acordo para receber só 50% do FGTS e das outras verbas rescisórias.

Também no termo de quitação anual de obrigação trabalhista, chega lá no fim do ano, ou já no início do ano, para quitar obrigações trabalhistas do ano anterior. Seria a situação de ele dizer que está tudo ok com relação ao ano anterior. Como essa pessoa, que também precisa continuar no emprego, vai dizer: "está devendo aqui, está faltando alguma coisa?". Não vai dizer!

O que me parece, já vou concluir para não ultrapassar o tempo, o que fica bastante clara é a retirada, também outra situação, da necessidade – da obrigatoriedade – da presença do sindicato para a homologação sindical. Absurdo isso! Aí, num cenário em que se quer evitar o crescimento de ações judiciais, fica estabelecido que a Justiça é que vai ter que homologar a rescisão do contrato de trabalho sem ter passado pelo sindicato antes.

Bom, o que fica claro é que toda essa situação de termo de quitação anual e essa situação da homologação sem o sindicato servem mesmo para enfraquecer todo o sistema de proteção trabalhista. Quer dizer, enfraquecer o sindicato, dificultar o acesso à Justiça, enfim, servem mesmo para retirar do Estado democrático de direito essa proteção trabalhista que me parece mínima. Eu entendo até como mínima, a própria Constituição diz que ela é mínima. Pode ser melhorada, o *caput* do art. 7º diz isso. Ela é mínima e está sendo colocada como empecilho ao crescimento do País, está sendo retirada de forma muito vil e sob esses argumentos falaciosos.

Para concluir, o que quero dizer é que, de tudo o que temos percebido nas discussões no Parlamento e nas várias searas em que temos participado das discussões como ente associativo, é que, se não houver mobilização, isso vai passar. Portanto, precisamos definitivamente nos conscientizar, precisamos definitivamente entender que, neste momento, precisamos reagir, seja falando com os nossos Senadores – saindo da Câmara, agora é com os Senadores –, seja mandando mensagens para eles, seja falando diretamente, seja fazendo manifestações, não sei. Só coloco isso porque os senhores, como representantes – muitos aqui são

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	23

representantes de entidades sindicais – sabem melhor do que nós como manifestar, como verbalizar a necessidade dos trabalhadores.

O que coloco é isto: mais do que nunca, precisamos nos fortalecer como sociedade. Eu acho que é isso que está faltando. Enquanto o Parlamento não “ouvir” – ouvir eu digo entre aspas –, o que realmente a sociedade quer... Quanto à reforma trabalhista, pouco se falou além do que a imprensa influenciada fala; muito pouco se falou do que a sociedade realmente pensa e do que precisa. Fica muito complicado, porque eles realmente vão votar da forma com que tiverem se comprometido ou da forma que pensarem, sem repensarem a partir de uma manifestação social sólida.

Então, é isso. É essa a mensagem que deixo aqui em nome da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e de todos os Procuradores do Trabalho do Brasil. Nós nos colocamos à disposição para continuarmos esse debate e para também nos somarmos, como sociedade, a todos aqui e reagirmos a essas reformas que vêm aí.

Já está se falando de trabalho rural. O PL do trabalho rural também é muito agressivo, muito nocivo. Então, nesse sentido, nós nos colocamos à disposição. Estamos juntos para resistirmos e combatermos essa reforma tão nefasta.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dra. Ana Cláudia. Na verdade, quanto mais os senhores vão falando, mais nós vamos chegando à conclusão de que é um filme de terror. À medida que vai mostrando, mostrando, a gente se aterroriza mais.

O pior, Dra. Cláudia, é que estamos falando de um país no qual dizem que essa legislação trabalhista está ultrapassada 73 anos depois, mas na maioria dos estados brasileiros, nas cidades do interior do Brasil, ela sequer foi implantada, ex-Ministro Ricardo Berzoini. Eu falo da minha cidade Santa Luzia do Paruá, onde minha mãe morava, incluindo o local onde eu nasci, a maioria que trabalha no comércio não tem carteira assinada até hoje. Isso não gerou mais empregos. Boa parte das prefeituras contratam de maneira informal. Ainda há contrato informal nas prefeituras, mesmo o Ministério Público atuando e, em alguns casos, alguns juízes. Agora vem essa cambada dizer que tem que acabar com tudo, para poder gerar emprego? Realmente, é cinismo.

O Dr. Mário Caron tem um problema sério. Ele tem uma reunião e uma assembleia que estavam marcadas para 17h. Ele está um pouquinho atrasado. Vamos, então, liberá-lo.

Concedo a palavra imediatamente ao nosso querido companheiro e ex-Ministro do Trabalho, Sr. Ricardo Berzoini.

SR. RICARDO BERZOINI – Cumprimento o Desembargador Mário Caron pelo excelente pronunciamento, assim como os demais, que economizaram boa parte da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	24

minha fala, já que a análise foi feita com profundidade. Eu queria me ater mais a questões políticas.

Concordo totalmente com tudo o que foi dito aqui sobre a reforma. Seria redundante dar continuidade, analisando o conteúdo da reforma. Eu queria lembrar, politicamente, para termos ideia do que está acontecendo com a Constituição do País, a relação entre essa reforma trabalhista, a reforma previdenciária, a entrega do pré-sal, a reforma do ensino médio, a ação do Ministro da Saúde privilegiando a saúde privada, entre tantas outras coisas, com o que aconteceu ontem em Curitiba. Há uma relação direta.

O objetivo deles é desconstituir o breve acúmulo político que a classe trabalhadora deste País fez nos últimos trinta anos; desconstituir a imagem de um líder popular que é sindicalista, que vem do sindicato; desconstituir a imagem de um partido que vem das bases populares com seus defeitos, com seus erros, com seus equívocos, mas que vem das bases populares; é desconstituir o sindicalismo combativo que a nossa Central Única dos Trabalhadores representa, sem prejuízo de outras centrais que eventualmente possam também ter o mesmo tipo de ação, e abrir caminho para essas reformas impopulares, antinacionais e antitrabalhador.

Eu queria lembrar que, em dezembro de 2014, o desemprego no Brasil foi de apenas 4,6%. Faz pouquíssimo tempo, ainda não fez três anos, foi em dezembro de 2014. A CLT estava ali, a Constituição estava lá, a Previdência também. Agora eles dizem o seguinte: precisa reformar para gerar emprego, para vir investimento. A gente sabe que investimento internacional ou nacional só vem quando há demanda, quando há o que justifica o investimento, que é a expectativa de lucro.

O que está sendo promovido no Brasil hoje é um desmonte da Constituição de 1988. O pessoal fala: querem rasgar a CLT. É claro que querem rasgar a CLT, sim. Eles querem rasgar a CLT e matar o legado de Getúlio, mas também querem rasgar a Constituição e rasgar o legado dos constituintes, em particular o de Ulysses Guimarães, que conduziu de forma hábil, para chegarmos a um acordo pós-regime militar e termos uma Constituição. Na época, o então Presidente Sarney anunciou: "O Brasil vai ficar ingovernável." Mas o Lula governou oito anos com essa Constituição e com a CLT, e foram gerados mais de 20 milhões de empregos.

Então, qual é o problema da proteção do trabalho? Disse muito bem o Deputado Chico Vigilante aqui que, lamentavelmente, em muitas regiões do Brasil – e não é só no Maranhão, Chico, na periferia dos grandes centros também, no interior de alguns estados desenvolvidos também –, nem a CLT foi implementada plenamente. É uma luta permanente.

E o Ministério da Fazenda, inclusive nos governos nossos, é bom que se diga, reage com dramaticidade a qualquer proposta de aumento de orçamento para a Secretaria de Inspeção do Trabalho. Por quê? Porque o Ministério da Fazenda está sempre em disputa, tem a ideologia neoliberal incrustada naquele prédio. Mesmo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		25

com ministros que não foram necessariamente neoliberais, há disputa interna ali: “Não, não pode ter orçamento para isso.” Orçamento para o Ministério Público do Trabalho então... Para isso, a PEC do teto funciona bem, não é? Porque vamos conter, inclusive, a ação do Estado para proteger naquilo que a lei prevê.

Então, eu queria dizer que nós estamos numa luta política muito maior, que não é só pela reforma trabalhista. É claro, sou favorável a fazermos todas as ações. Acho que a ação que os Senadores e Deputados mais sentem é quando eles se sentem ameaçados – eu fui Deputado por dezesseis anos e sei disso – do ponto de vista da expectativa eleitoral da próxima eleição. Mas isso não se dá aqui no Congresso, não. Não adianta visitar gabinete, na minha opinião. Pode ser uma ação acessória. Isso se dá lá no estado ou aqui no Distrito Federal com os Deputados da nossa Capital Federal, no bairro onde eles moram, onde eles fazem campanha, no bairro onde eles têm escritório, na base social deles, junto às entidades que eles representam, para que eles saibam o seguinte: terá consequência. É claro, disse bem aqui o Caron, que o cidadão pode não ser candidato e botar o filho, sobrinho, neto, a namorada, a esposa. Isso é muito comum. Aliás, o Congresso está cheio de filhos, é a legislatura em que há mais filhos. Eu costumo dizer que atualmente já não se dá mais *videogame* de presente de Natal, dá-se mandato de Deputado Federal: “Meu filho, neste ano, não tem *videogame*, vai ser mandato de Deputado Federal.” Normalmente, quando chegam aqui, dá até pena dos coitados, mas depois aprendem rápido, aprendem muito rapidamente. Então, esse negócio de colocar filho na política... Eu estou, inclusive, propondo que o mandato eletivo seja agora declarado no imposto de renda, registrado em cartório. É patrimônio familiar, virou uma coisa familiar: “Eu estou cansado. Vou colocar meu filho ou a minha mulher.” Eu conheço um Senador que tem duas Deputadas Federais, que são a ex-mulher e a atual mulher, e uma Deputada Estadual, que foi uma namorada que ele teve por algum tempo no seu estado de origem.

Não estou descredenciando as mulheres, ao contrário. As mulheres de luta, como a nossa querida Erika Kokay, chegam lá pela luta. A Erika foi minha companheira de movimento sindical bancário e foi uma extraordinária sindicalista, extraordinária Deputada Federal e Distrital e agora também Presidenta eleita do PT aqui do Distrito Federal. E há tantas outras mulheres de luta. (Palmas.)

Nem descredencio os jovens que chegam ao Congresso Nacional. Muitos chegam ao Congresso Nacional por lutas. A maioria, não. A maioria chega pela família mesmo. Agora é preciso fazer essa pressão direta.

Mais do que isso, é preciso fazer a interligação entre a reforma trabalhista, a reforma da Previdência, o pré-sal, o ensino médio e a ação criminosa no Ministério da Saúde. É preciso fazer essa ligação, porque o golpe foi feito para isso. Não tenham a ilusão de que vamos derrotar uma e passar outra. Na minha opinião, ou perdemos em todas ou ganhamos alguma coisa no final desse processo pela resistência. Estamos numa ditadura. É preciso ter clareza disso. Não é uma ditadura

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	26

militar, não há tortura, salvo nas delegacias, que sabemos que ocorre, que faz parte da cultura nacional. Mas a tortura da ditadura militar não está existindo.

Temos uma outra tortura, que é a intimidação política por ações que não têm pé nem cabeça e na qual você percebe a fragilidade de quem está interrogando o réu. Essa intimidação política visa o quê? "Vamos tirar esse pessoal esquerdista da frente via processo na Justiça, como já aconteceu tantas vezes na história do Brasil." Aconteceu com os processos de Moscou. Os processos de Moscou estão muito parecidos com os processos de Curitiba. Ou seja, cria-se uma série de fantasias e o cidadão, que é o objeto da investigação, já começa a ficar assustado.

Então, é preciso ter claro esse contexto geral. O contexto geral é esse. Bom, se o contexto geral é esse, nós temos que combater politicamente. O processo está no sentido de desconstituir aquilo que foi acordado em 1988, porque muita gente podia até não gostar, mas é um texto com defeitos e qualidades que representou um pacto político nacional, a Constituição Federal de 1988. Eu era militante de base quando começou a constituinte. Durante a constituinte, eu me elegi, pela primeira vez, dirigente sindical do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Fizemos um movimento de pressão.

Na época, o Mário Covas teve um papel importante. Ainda o Mário Covas que não era, digamos, levado à direita pela corrente do PSDB mais conservadora. O Mário Covas teve papel fundamental. Vários Deputados do PMDB, do PSDB, do PDT, do PTB, do PCdoB e do PT tiveram papel importante. A bancada do PT tinha apenas dezesseis Deputados e teve papel fundamental. Resultou numa concepção constitucional com a qual esse projeto que está tramitando no Senado agora colide frontalmente, concordando aqui com o Mário Caron. Ou seja, esse projeto é inconstitucional, mas quem declara o que é inconstitucional ou o que não é o STF. O STF pode, nessa onda conservadora, declarar constitucional o que é inconstitucional.

Por que é inconstitucional? Porque ele agride frontalmente as cláusulas pétreas, como já foi dito aqui: artigo 1º e artigo 3º da Constituição Federal. Ele agride frontalmente as cláusulas pétreas. Ele agride a concepção do texto constitucional. Mas nós já vimos coisas ruins assim passarem no Supremo Tribunal Federal quando arguida a inconstitucionalidade.

Qual é o problema que nós temos? É esclarecer os trabalhadores, porque, a uma parte da classe trabalhadora, esse assunto é vetado, do ponto de vista crítico, pelos grandes meios de comunicação. Eu fui a Alagoas tentar articular para mim uma entrevista num canal de TV local, e a produtora, muito sincera com a pessoa que tentou articular, disse: "Olha, está vetada qualquer entrevista com quem é contra a reforma da previdência e a reforma trabalhista." Eu fui a Joinville e a Blumenau, idem. Eu fui ao interior de São Paulo, idem. Na Capital de São Paulo, nem se fala. É impossível sair em qualquer jornal daqueles com comportamento crítico.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	27	

Nesses dias, a *Folha de S.Paulo* fez uma pequena inflexão e começou a dar um pouquinho mais de espaço para quem tem críticas. Mas não me iludo. É um movimento para preservar leitor, preservar a assinatura. Estão caindo muito as assinaturas da *Folha de S.Paulo*, do *Estado*, do *Globo*, e eles estão tentando segurar os leitores de tudo quanto é jeito, senão vão quebrar, embora os bancos não deixem esses jornais quebrarem. Os bancos sustentam com o financiamento. O *Estado* está quebrado há vinte anos; há vinte anos, está falido, mas o Unibanco e depois o Itaú seguraram essa empresa através de financiamentos generosos que nunca são pagos, porque é importante para os bancos terem um jornal de circulação média, porque não é mais de grande circulação, que segure a questão ideológica ali para orientar os assinantes cada vez menos representativos desses jornais.

O fato é este: o Brasil está num processo de estado de exceção. O estado de exceção se manifesta em várias dimensões, e eles estão aproveitando para fazer agora aquilo que não conseguiram fazer em treze anos e meio, retomando a agenda do PSDB, a agenda de Fernando Henrique Cardoso, a agenda do tempo de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, em que o Clinton também embarcou; a agenda que o Macron... O Macron ganhou a eleição... Vamos entender: não é que ele ganhou a eleição porque a maioria do povo francês concorda com ele. Ele ganhou a eleição porque o partido socialista se desmoralizou, ao fazer uma reforma trabalhista parecida com essa. O partido socialista caiu na conversa mole – tenho alguns amigos que são do Partido Socialista Francês – do neoliberalismo e tentou fazer uma reforma.

O Hollande, que foi eleito como a esperança de retomada de uma agenda social na França, desmoralizou-se em seis meses, passou o governo todo tentando se agarrar no terrorismo para... Explodia uma bomba, ele ia lá para posar de salvador da pátria. Aí ele se desmoralizou. O Macron foi Ministro da Fazenda do Hollande, para quem não sabe, e saiu dizendo o seguinte: "Olha, esse Hollande não consegue fazer as reformas que eu quero fazer." Saem quatro candidatos; a Direita tradicional e a Esquerda tradicional ficam fora do segundo turno. Aí ficou a Marine Le Pen contra o Macron. Ou seja, para não ter a extrema Direita, uma parte do povo vota no Macron ou anula o voto, e o Macron ganha a eleição. Ou o Macron vai querer agora implantar essa agenda do Temer lá na França ou o Temer está implantando a agenda do Trump aqui no Brasil. O Trump é outro fenômeno que vem do analfabetismo político do povo americano.

Então, eu queria encerrar – já falei quinze minutos e acho que não é necessário falar mais – dizendo o seguinte: estamos vivendo um marco decisivo da política nacional. A ditadura está em pleno curso. É uma ditadura diferente daquela de 64. A de 64 era uma ditadura civil, operada por militares. Quem acha que era ditadura militar está enganado, era ditadura civil de banqueiros, latifundiários e rentistas, operada por militares. O meu pai era militar, contra a ditadura, e me falava muito sobre isso. A atual é uma ditadura judicial, parlamentar, midiática, que está

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	28

tentando fazer a mesma agenda do Fernando Henrique, porque a agenda da ditadura era melhor, por incrível que pareça. Os militares não foram ousados a esse ponto que estão tentando implantar agora. Não estou defendendo a ditadura militar, não, muito longe disso, mas a visão que eles tinham da questão nacional e da questão da infraestrutura era milhares de vezes melhor que o neoliberalismo. O que é importante é ter democracia com projeto nacional.

O que gera emprego não é flexibilização. Se flexibilização gerasse emprego, o Paraguai seria o país mais desenvolvido da América do Sul, com todo respeito ao povo paraguaio. Se flexibilização gerasse emprego, a África seria altamente desenvolvida, porque as leis trabalhistas lá são praticamente inexistentes.

A Dinamarca, que é um dos países mais regulados do mundo e acaba de fazer uma legislação que expulsa o Uber, praticamente – e eu sou radicalmente contra o Uber... Acho que essa reforma trabalhista é a uberização do trabalho. "Você fica aí, à disposição. Eu tenho aqui um aplicativo e o chamo quando quiser." Logo, logo, vai surgir o uber trabalhista, que vai ser um aplicativo para você pegar o tal do emprego por hora, o emprego ultraprecário.

Então, para encerrar, quero dizer que essa luta é na base. Chico, acho ótima a ideia de fazer o seminário, mas não com nós mesmos, que já concordamos. E tem que ser em um horário que não nos atrapalhe ir para a porta de fábrica, porta de banco, porta de escola, terminal rodoviário dizer ao povo: "Mexam-se enquanto é tempo, porque a revogação da Lei Áurea está na pauta do Congresso Nacional!"

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao companheiro Ricardo Berzoini. Certamente, o sentido é este, acordar os trabalhadores brasileiros para a gravidade do que estamos vivendo. A sensação que ainda tenho é de que o pessoal está meio anestesiado. É preciso acordar enquanto não é tarde, porque depois não adianta dizer: "Ah, eu não sabia." Sabia! Se não veio, foi porque não quis. Mas que sabia, sabia. Pelo menos tentamos transmitir.

Quero convidar para fazer, parte da nossa Mesa, a nossa companheira Deputada Federal e agora Presidente do PT, Sra. Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Sr. Diretor da Federação dos Bancários, Jacy Afonso.

SR. JACY AFONSO – Primeiro, Chico, eu gostaria de parabenizar você pela iniciativa desta audiência, por pautar este debate aqui na Câmara Legislativa.

Está aqui o Dr. Mário Caron; o Procurador Valdir; a Dra. Ana Cláudia, que é da Associação dos Procuradores; o Ricardo Berzoini, que foi Ministro do Trabalho; o companheiro Brígido, que também é sindicalista, e agora a companheira Deputada Erika Kokay.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	29

Acho que este é um momento extremamente importante. Eu queria aqui resgatar um pouco o que o Berzoini estava falando. Coincidentemente, em 1993/1994, a Deputada Erika era Presidente do Sindicato dos Bancários, o Ricardo era Secretário-Geral e, depois de 1994, era o Presidente do sindicato – o Mário Covas esteve na sua posse –, e eu era Presidente da CUT em Brasília.

Nós perdemos a eleição presidencial de 1994, e o Fernando Henrique Cardoso assumiu. A primeira coisa que ele fez foi denunciar a Convenção 158, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, que garantia proteção ao emprego, garantia a não demissão imotivada. Nós tínhamos tido essa conquista no Governo Itamar, e a primeira coisa que o Fernando Henrique Cardoso fez foi isso.

Por isso que, para nós, bancários – somos três aqui – apareceu a questão do PDV – Plano de Demissão Voluntária. Exatamente porque estava em vigência a proibição da demissão, que tinha de ser voluntária. Esse é um dado.

Esse Governo Fernando Henrique Cardoso foi quebrando monopólio, privatizando e propondo uma reforma trabalhista. O movimento sindical, naquele período, sob muita dificuldade, soube resistir a esse processo contra as privatizações e ganhou as eleições de 2002. Se o Lula não tivesse ganhado as eleições em 2002, o que estão fazendo hoje teria sido feito em 2003. Portanto, aquela eleição interrompeu esse processo, porque estava lá a proposta da reforma trabalhista. E diziam que era preciso gerar emprego para fazer a reforma trabalhista.

Temos que perceber a diferença de um processo democrático. O Berzoini era Ministro da Previdência, depois foi Ministro do Trabalho e, no transcurso, estava o debate da reforma sindical. Ou seja, o Presidente Lula propôs um debate no movimento sindical, empresarial, para ver se se chegava a um consenso sobre a reforma sindical e depois se discutia a reforma trabalhista. Eles, não. Eles querem fazer isso imediatamente.

Então, o que precisamos ter claro aqui é que fizemos uma greve geral agora, no dia 28, depois de 25 anos. A fotografia da rodoviária às 10h da manhã é a simbologia do sucesso dessa greve geral. Não tinha absolutamente nada lá! Só que nós não estamos sabendo utilizar essa greve geral como forma de pressão para os Deputados. Ou seja, os quatro Deputados que votaram a favor da reforma trabalhista, os Srs. Fraga, Izalci, Laerte Bessa e Rogério Rosso... Nós estamos informando a população de que esses Deputados votaram contra o trabalhador, extinguindo essas conquistas? Esse é um debate sobre o qual precisamos refletir. Nós aqui já estamos convencidos, e os dados que os nossos palestrantes trouxeram são importantes. Sempre tem havido alianças importantes nesse período – a CUT e as demais centrais sindicais com a ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e todas essas entidades –, para mostrar o efeito nocivo dessas ações. Só que precisamos mostrar isso à sociedade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	30

Fizemos uma greve aqui, agora, nas mesmas características da primeira greve geral de 1917. Então, precisamos trabalhar nesse sentido. Esses quatro, nós precisamos mostrar para a população. Agora, não nos adianta fazer isso após eles votarem. Precisamos, primeiro, decidir sobre eles, porque a Reforma da Previdência está colocada na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, e a reforma trabalhista no Senado Federal. Então, nós precisamos tratar de como o movimento sindical vai pressionar os Senadores Cristovam Buarque, Reguffe e Hélio José. Eu acho que esse é o processo, e nós precisamos tratar disso. O Senador Hélio José, em todos os discursos que faz, lembra que foi sindicalista. Eu quero saber se ele vai reafirmar isso. Acho que esse é o trabalho. Nós precisamos trabalhar isso.

E o Ricardo colocou muito bem. Por acaso, hoje um colega meu mandou uma mensagem lembrando uma matéria nos jornais. Eu fui no Congresso Mundial de Sindicalistas, em maio de 2014, em Berlim, no Congresso da CSI, onde o companheiro João Felício, da CUT, foi eleito Presidente da Central Sindical Mundial. Eu fui um dos debatedores do congresso, numa daquelas comissões, com outros sindicalistas. Lá eu falava do papel que o *Financial Times* e o *The Economist* já faziam de desestabilização da economia.

E por que eles faziam isso? Porque o Governo Lula havia gerado 20 milhões de empregos no Brasil, tinha tirado da extrema pobreza e da pobreza 40 milhões e tinha ajustado o salário mínimo em mais de 70% de aumento real do salário. Portanto, aqueles jornais, em 2014, já faziam tudo isso que nós vemos acontecer hoje. Então, nós precisamos dar essa resposta a essa ação.

Eu queria tratar esses assuntos. É muito bom ver a fala do Mário Caron, diferentemente do que fala o Presidente do TST. Ou seja, o Presidente do TST está a serviço do capital. Ele deveria ter coragem de renunciar porque ele não representa a Justiça do Trabalho. Ele faz hoje a destruição da própria Justiça que ele preside. A opinião dos ministros é outra, e ele está lá para exercer esse papel.

Eu acho que esse é o momento importante em que nós deveríamos aqui refletir o papel do movimento sindical. Temos que fazer o que o Ricardo lembrou: nossa ação nos locais de trabalho. São importantes, necessárias e velozes as comunicações através dos instrumentos eletrônicos e virtuais, mas nós não podemos deixar de fazer o corpo a corpo no local de trabalho, com instrumentos. Só que precisamos fazer também diferente. Precisamos ir ao local de moradia.

Nós estamos desaprendendo isso. No passado, a gente fez muita atividade nas feiras, nos finais de semana, como instrumento, com carro de som nas feiras, atividades nas igrejas. Eu acho que é possível. Eu estou vendo ali a companheira Nazaré, que foi ontem a Curitiba numa atitude importante. Talvez haja outras aqui, mas estou lembrando da companheira Nazaré. Ela foi ontem a Curitiba ser solidária ao Presidente Lula nessa atitude que está sendo feita e nós precisamos tratar disso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	31

Não quero usar meu tempo. Para finalizar, eu queria parabenizar a companheira Erika. Houve, neste final de semana, na Câmara Legislativa, um congresso do PT que renovou a sua direção. Há muitos companheiros que entraram na direção. A companheira Erika Kokay assumiu esse trabalho. Eu queria registrar a expectativa e a certeza de que essa gestão da companheira na presidência do partido o Distrito Federal vai ser como mandato que ela tem de dedicação e trabalho. Portanto, é mais um momento de a gente potencializar esse trabalho coletivo.

Mas queria dialogar com todos os meus amigos sindicalistas que estão aqui presentes. Nós precisamos ter uma ação mais assertiva. Nós estamos, na minha avaliação, um pouco passivos com tamanha violência que estamos recebendo por parte dos golpistas que fizeram isso para entregar e fazer tudo que estão fazendo. Por isso, eu queria conchamar a todos para que a gente faça uma ação de massa, de resistência para derrotar esse golpista no Congresso Nacional agora, lá no Congresso Nacional, nas votações, e também derrotá-los na eleição do ano que vem. Espero também que a gente derrote as propostas de emenda constitucional, que preveem, inclusive, o cancelamento das eleições de 2018.

Acho que esse é um trabalho importante. Ali, vendo a minha companheira Rosa, que recentemente se filiou ao Partido dos Trabalhadores, depois de muitos anos, lembro do que há mais de 150 anos Karl Marx dizia: "Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos". É isso que nós precisamos fazer diante de toda aquela análise que o Ricardo fez da França e dos outros países. É disto que a classe trabalhadora precisa ter no mundo: unidade.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero agradecer às 7 mil pessoas que até agora acessaram o nosso Facebook. Alguns ficam um tempo maior, outros não, mas a verdade é que 7 mil pessoas já passaram por lá e tomaram conhecimento deste debate, que é importante para a gente.

Passo a palavra, imediatamente, ao nosso companheiro dirigente sindical, Sr. Brígido Ramos, do SINTTEL – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do DF.

SR. BRÍGIDO ROLAND RAMOS – Boa tarde a todos. Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer ao Chico o convite, mas, principalmente, a iniciativa. A gente vê que esta Casa precisa muito deste tipo de evento, porque, dos próprios Parlamentares daqui, poucos ou praticamente nenhum outro participou desse evento, pelo que eu pude constatar até agora. Apenas o Deputado Chico Vigilante está aqui, como se essa atividade fosse algo exclusivo de S.Exa. Na realidade, a função dele, ao trazer esse debate para cá, foi exatamente para que a Casa toda também tivesse conhecimento desse grave problema que a Nação está vivendo.

Cumprimento a Deputada e companheira Erika Kokay; nosso grande Desembargador Mário Caron, que já saiu; nosso companheiro do Ministério Público,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	32

Valdir Pereira; nossa companheira, representante da brava ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho –, que tem tido uma luta maravilhosa em defesa dos direitos dos trabalhadores, Dra. Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro; nosso companheiro, também antigo, ex-Ministro Ricardo Berzoini; companheiro Jacy Afonso, nosso companheiro de luta.

Algumas coisas, ou quase todas que eu iria falar aqui, todo mundo já falou antes. A vantagem de falar por último é essa, a gente não tem muito risco de errar. Eu, na primeira palavra do desembargador, fui ao Google e ao Aurélio exatamente para falar sobre a morfologia da palavra reforma. Lá nós a encontramos. Não preciso dizer mais o que eles disseram, mas tenho que dizer qual é o antônimo, qual o contrário de reforma: é deforma, é demolição. Então, na realidade, o que nós estamos vivendo é o antônimo da reforma trabalhista. Nós estamos vivendo a demolição das leis trabalhistas.

Outro ponto fundamental é lembrar que, em todos os momentos em que os defensores dessa deforma se apresentam, dizem assim: não estamos tirando nenhum direito dos trabalhadores. Aí, nós vamos buscar lá atrás isto: por que existe a legislação trabalhista? Ela surgiu por quê? Não foram os empresários que criaram a legislação trabalhista, foram os trabalhadores no seu dia a dia, na sua luta, inclusive com mortes. A jornada de oito horas é resultado da morte das nossas trabalhadoras americanas, de tudo isso. Não há uma vírgula da legislação trabalhista que não tenha vindo de luta dos trabalhadores, de morte dos trabalhadores, de trabalho efetivo dos advogados trabalhistas, dos advogados em geral, do Ministério Público e dos juízes que tiveram a clarividência de fazer com que pudéssemos ir construindo uma legislação trabalhista trouxesse aquela grande verdade que a gente deve dizer sempre: no momento em que nós tratamos de legislação trabalhista, é a legislação que liberta e a falta de legislação que escraviza.

É isso que estão buscando, simplesmente, os que estão fazendo essa deforma, estão buscando que não haja nada que possa ser garantia para os trabalhadores. Estão buscando que nós não tenhamos nenhum dos direitos e que os empresários ainda possam ter muitas exigências, inclusive, dificultar o acesso à justiça trabalhista, acabar com a influência, com a capacidade normativa da justiça trabalhista, acabar com todos os recursos que nós possamos ter.

Nós somos do setor de telecomunicações. Então, nós fomos empresa estatal, já fomos privatizados e já fomos terceirizados. Foi criado um serviço chamado *call center*, nome inglês, bonito, que é teleoperador e que hoje talvez seja o maior empregador e tenha o maior número de trabalhadores do País. Que situação vivem esses trabalhadores! E com essa legislação nova que virá será muito pior. Eu tenho dito que, nessa situação do trabalhador brasileiro, especialmente do trabalhador teleoperador, é mais barato pagar o trabalhador teleoperador nessa legislação que virá do que ter um escravo. Para o escravo, você teria que dar alimento, lugar para habitar, garantir-lhe a saúde e não precisaria pagar salário – mas isso é muito maior

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	33

do que o salário que se paga, que hoje é o salário mínimo. Então, é importante a gente observar que é necessário lutar.

Nós fizemos essa camiseta, numa felicidade de um agente de comunicação nosso, que diz: "Reaja. Estão roubando os seus direitos". Trouxemos uma até para cada representante aqui da Mesa, porque é isso que nós temos que sentir neste momento. É preciso reagir. É preciso lutar. Alguns de nós aqui passamos pelo processo da ditadura. Passamos pela luta na constituinte, pela privatização, mas nós estamos vivos, nós temos a chama da luta e nós vamos continuar.

Quando a gente ouve aqui falar que é inconstitucional, aí a gente quase esfria o coração, porque a gente sabe que, quando é inconstitucional, vai cair lá no Supremo. E o Supremo que está aí vai dizer o quê? Inclusive, a questão da terceirização, o Supremo já ia decretar. Se a lei não sai rapidamente, eles iam decretar no Tribunal, o que é um absurdo. A gente sempre fala isso, e o Berzoini lembrou bem. E agora passou um seriado da *Globo*, à noite, que falava lá do tempo antigo, em que você vê o empresário paulista – porque quem comanda isso aí é a Fiesp, sempre comandou e comandou lá 1964 – assistindo e estimulando a tortura de um jovem estudante brasileiro. Não sei como a *Globo* mostrou aquilo. Mostrou, porque era meia-noite, o empresário ali participando da tortura do estudante brasileiro.

Hoje nós estamos vendo as ruas serem fechadas. Não pode entrar funcionário do Congresso, do tribunal, porque o próprio trabalhador que está ali dentro está sendo cerceado. A Câmara Legislativa, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, daqui a pouco tempo, não vão ter nenhum funcionário concursado, minha gente. É preciso ficar atento a isso. Vai ser aqui só nomeadinho e não vai ter mais carreira. É preciso que todos que estão aqui, que trabalham nesta Casa, tenham consciência do que está vindo por aí.

A gente vai falar agora da demolição da organização sindical, porque, se estão falando do acordado em cima do legislado – eu venho falando isso há quase quinze anos –, a reforma não se completou. A reforma se completa a partir do momento em que você vai ter sindicato por empresa e dirigente sindical sem estabilidade. Aí o acordado sobre o legislado vai destruir os trabalhadores e vai destruir os sindicatos. Fiquem atentos porque esse é um processo. A gente costuma sentir isso aqui.

A gente viu outro dia um comentário muito interessante que diz que esse pessoal que está no governo faz a ação do assaltante que entra na sua casa de madrugada. Ele tem que agir rápido. Ele te assalta, ele vai aonde está o cofre, aonde está aquilo ali, vai assaltando, levando tudo. E ele tem que ser rápido porque sabe que não vai ficar dentro da sua casa, vai sair. É esse o governo que está aí. E é essa consciência que nós temos que ter. Nós vamos derrubar esse povo, agora ou depois. E isso só vai acontecer, se nós tivermos capacidade de sensibilizar esse povo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	34

brasileiro que está aí na inércia, não está entendendo até agora quase nada. (Palmas.)

Então, é preciso que a gente tenha consciência da necessidade de mobilização do povo. Essas atividades aqui são importantes, todos já falaram sobre elas, mas a atividade na rua também. Nós estamos com cem ônibus andando na rua aqui em Brasília, com aquele *outdoor* no verso dos ônibus com a mensagem que o Sinttel mandou colocar. É esforço nosso, não é fácil fazer aquilo ali, mas a gente acha fundamental levar para os bairros, levar para a associação, por quê? Isso não vai dar em nada, não vai dar emprego, vai dar precarização e vai dar destruição de organização sindical e destruição da justiça trabalhista. É a única justiça democrática do Brasil, e é por isso que querem destruí-la.

Então, eu queria finalizar dizendo o seguinte: eu tenho trinta anos de movimento sindical, sou engenheiro da UnB, estou nessa luta há muito tempo e estou triste, mas não vou desistir, não, minha gente. A luta continua. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro Brígido Roland Ramos.

Quero comunicar ao pessoal do plenário e à nossa Mesa que, enquanto a gente estava falando aqui, o golpista tirou mais um direito – o que ele vinha ameaçando –, que foi o Farmácia Popular, um programa criado pelo Presidente Lula, que cuida de diabéticos, de hipertensos, de pessoas que têm distúrbios psíquicos. Portanto, eles já mandaram um ofício em que se comunica que estão acabando com o Farmácia Popular, e que não haverá mais o repasse para as farmácias. Isso atinge diretamente a população pobre, especialmente as pessoas diabéticas.

Eu, por exemplo, sou diabético. A minha situação, hoje, me permite comprar o medicamento, mas muita gente por aí não está tendo nem o que comer. Hoje mesmo tive um companheiro de Santa Maria em meu gabinete – e, cada vez que vamos conversando com as pessoas, a gente sente mais desespero – que me disse que faz alguns meses que ele sai de casa sem ter o que comer. Ele toma um cartão de passagem de outra pessoa emprestado e sai caçando emprego. Ele, hoje, 1h da tarde, dizia-me que o único alimento que ele tinha ingerido tinha sido um cafezinho que ele tomou aqui dentro da Câmara. Passou, e deram um cafezinho para ele. Nada mais do que isso.

Essa é a realidade de 20% da população do Distrito Federal que está desempregada e que está iludida, achando que essa reforma vai gerar emprego para eles, quando não vai: vai é desempregar mais gente.

SR. BRÍGIDO ROLAND RAMOS – É bom lembrar também que eles estão atacando as normas regulamentadoras do trabalho. Agora mesmo saiu uma instrução de que a empresa não precisa mais comunicar ao Ministério do Trabalho um acidente de trabalho com até quinze dias de licença. Isso significa que, de 740 mil acidentes, 590 mil são de acidentes com menos de quinze dias de licença. Esses

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	35

não serão mais comunicados. Então, eles estão decretando o fim também do acidente de trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a nossa querida companheira e grande lutadora, Presidente do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal e Deputada Federal, Sra. Erika Kokay.

SRA. ERIKA KOKAY – Gostaria de parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela realização deste debate, um debate importante, sobre a Reforma Trabalhista. A reforma trabalhista vem no bojo de uma série de medidas que estão dentro da linha de atuação do governo sem votos, o governo golpista, que está vigente no Brasil.

Esse governo tem três linhas de atuação muito definidas. Uma delas é a entrega do patrimônio nacional. Todos os dias você perde uma parte do Brasil. Uma parte do País é entregue para o capital estrangeiro. Na semana passada, foi aprovada uma medida provisória que permite, por exemplo, a prorrogação antecipada das concessões sem licitação e sem que a empresa tenha cumprido o plano de investimento. A empresa não precisa cumprir o plano de investimento e, ao mesmo tempo, ela pode – para cumprir esse plano – aumentar a própria tarifa. Se a empresa se comprometeu a alargar uma rodovia, por exemplo, a duplicar, ela não duplica, mas ela pode aumentar a tarifa, o valor do pedágio, para poder cumprir a própria meta de investimento.

Então, todos os dias nós perdemos alguma coisa, o Brasil perde alguma coisa. O que está acontecendo com o desmanche da Petrobras é absolutamente nítido. A reforma trabalhista faz parte dessa lógica de atuação, em que vemos a entrega do patrimônio e, ao mesmo tempo, a retirada de direitos, a proteção desse governo contra qualquer investigação acerca da corrupção e o aprofundamento da própria corrupção, com o caráter de saquear os cofres públicos. Então, são três os elementos que estão presentes em todas essas ações.

Nós começamos com a PEC – Proposta de Emenda à Constituição do limite dos gastos, que deu uma dimensão do que viria para o Brasil. Nós temos hoje uma limitação no teto dos gastos, das despesas primárias, e nenhuma limitação para as despesas financeiras. Ainda que o Brasil venha a arrecadar mais do que a variação da inflação, só poderá gastar com saúde, com educação e com as políticas públicas a variação da inflação. Os demais recursos, se porventura ele vier a adquirir, irão para as despesas financeiras.

A Emenda Constitucional nº 95 já dava uma dimensão disso que nós estamos enfrentando e do que vamos enfrentar ainda em termos de retirada de direitos, porque você limita os gastos com as despesas primárias; 88% das despesas primárias são despesas obrigatórias. Então, não é mais a questão de saber se o Estado vai adotar uma despesa que ele poderá decidir ou não fazer, não é uma despesa discricionária; 88% das despesas primárias são obrigatórias, ele tem que cumprir. Uma delas é a própria Previdência Social. Nós temos a emenda

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	36

constitucional do limite dos gastos, agregada à reforma da Previdência, à reforma trabalhista e à terceirização. Essas duas últimas são instrumentos muito claros de precarização das relações de trabalho.

Então, você não tem um projeto de desenvolvimento nacional, não tem projeto de desenvolvimento industrial, não tem investimentos em infraestrutura. Essa própria prorrogação antecipada das concessões tira qualquer possibilidade de investimento, porque estes não serão mais cobrados, para que você possa renovar a própria concessão. Portanto, você não tem infraestrutura sendo desenvolvida; então, você não tem aumento de competitividade.

Você tem um contingenciamento de recursos na educação que é absolutamente criminoso. Se nós formos verificar os institutos federais em geral e o Instituto Federal de Brasília, veremos que eles trabalham com a capacitação para o mundo do trabalho e também com a formação, com a escolarização, com a formação de meninos e meninas – uma política pública de muita qualidade –, mas veremos que eles estão asfixiados, que eles não se sustentam.

Você não precisa destruir as políticas, você apenas deixa de financiá-las. Quando você deixa de financiar uma FUNAI – Fundação Nacional do Índio... por exemplo, quando você corta pela metade o orçamento da Funai, que já era contingenciado, ou, quando você corta pela metade os cargos da Funai, você está colocando o órgão numa inanição tão profunda que isso pode justificar que a CPI do Incra e da Funai sugira a extinção da própria Funai, porque ela já não cumpre sua função, pois foi esqueletizada e absolutamente precarizada na sua atuação. Então, por que se vai discutir um órgão, para que tenhamos políticas indigenistas no País ou políticas que resgatem o princípio da Constituição que fala do direito dos povos indígenas a terem o seu próprio território?

Estamos vivendo isto: um processo em que você, ao não ter uma política de desenvolvimento industrial, vai compensar os “patos de Troia” – foram verdadeiros “patos de Troia” –, os construtores do golpe que nós vivemos durante o *impeachment*. Você vai compensá-los com a flexibilização ou com a diminuição do custo das pessoas que trabalham. Você vai precarizar, para pagar a conta do próprio golpe, para compensar a própria FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e as suas derivadas.

Por que isso? A reforma trabalhista saiu muito pior do que entrou. Por que ela sai muito pior? Porque eles incorporaram, de forma despudorada, toda a agenda da CNI – Confederação Nacional da Indústria. A CNI esteve no Congresso, apresentou a sua agenda legislativa, como vários órgãos fazem, como as centrais fazem, como a ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho faz, como a ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho faz. Eles pegaram a agenda legislativa da Confederação Nacional da Indústria e a colocaram dentro da reforma trabalhista *ipsis litteris*. Está ali escrita a agenda da CNI dentro da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	37

reforma trabalhista, que precariza as relações de trabalho, que, ao mesmo tempo, afeta sobremaneira a Justiça do Trabalho.

Há um desestímulo dos mais completos para o trabalhador buscar o seu direito na Justiça, porque não são só as relações diárias; você vai ter que pagar as sucumbências. Se o trabalhador pode ser processado como litigante de má-fé, caso não comprove a violação do direito trabalhista, há um desestímulo.

Em verdade, o que eles querem é acabar com a Justiça do Trabalho. Eles acham que a Justiça do Trabalho não tem que existir, porque ela é paternalista e ela provoca e estimula as milhões de ações que existem. Se existem milhões de ações no Brasil, tem que se ver por que o patronato, os empresários estão descumprindo a legislação e tem que se buscar corrigir isso para que não descumpram a legislação.

Mas: "Olha, há milhões de ações no Brasil. Nós temos que acabar com essa legislação". O que se busca fazer? Busca-se, simplesmente, fazer com que a legislação permita a violação dos direitos hoje, para que isso não enseje uma ação judicial. É o mesmo sentido da reforma trabalhista rural. Ela é absolutamente sem modéstia. É o absurdo, realmente, perdendo a modéstia. É o fascismo perdendo a modéstia: "Há ações que exigem a condição de analogia à escravidão? Então eu vou moldar o conceito de escravidão. Vou permitir a escravidão na lei". Quando se diz que parte da remuneração pode vir através de habitação e de alimentação, está se dizendo que o trabalhador não precisa receber em espécie todo o seu trabalho, mas parte dele pode vir por alimentação e habitação. É o discurso dos escravocratas: "O que vocês exigem? Exigem a liberdade? Mas eu já lhes dou casa e já lhes dou comida. Conformem-se com isso".

É o mesmo discurso para o povo indígena. "Ora, mas do que o indígena precisa?" Diz o representante do ruralista que está no Ministério da Justiça: "Índio não precisa de terra. Índio precisa de cesta básica, porque terra não alimenta". É a mesma lógica dos espelhos e dos chocalhos que os colonizadores entregavam aos indígenas para poder dominá-los. É o mesmo processo, para não dizer que nós fizemos o luto do colonialismo ou da escravidão.

A reforma trabalhista vem com o trabalho intermitente e com a diminuição do poder dos sindicatos, porque um acordo coletivo vai valer mais do que uma convenção! Sabe o que isso significa? Que você pode tirar prerrogativas ou condições básicas de trabalho numa convenção e fechar um acordo coletivo com a empresa para poder rebaixá-la. E, para as categorias como a dos vigilantes, como a dos bancários, a do Sindserviços, que têm convenção, porque lidam com várias empresas, não haverá mais uma convenção, porque você vai poder ferir essa convenção com os acordos coletivos.

No caso de trabalhadores como os bancários considerados hipersuficientes – uma parte deles, porque ganham por volta de 10 mil reais –, os acordos são individuais. Esse trabalhador está dominado. Esse trabalhador não vai ter condições

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	38

de reivindicar nada. No caso dos bancários, quem ganha por volta de 10 mil reais é comissionado. Ele não incorpora mais a comissão. Hoje você pode incorporar a comissão depois de dez anos de trabalho. Isso acabou com a reforma trabalhista. Então ele fica dependente de ter a comissão em negociações individuais. Ele vai abrir mão de tudo para poder permanecer com a sua própria comissão.

Então fragmentou-se a representação sindical. Já se fragmentou com a terceirização, consolidada na reforma trabalhista, quando se tira a condição de responsabilização da tomadora, como é hoje, e se possibilita a fragmentação. Pode haver uma mesma empresa com dez representações sindicais.

Veja, o que nós avançamos com as cotas para os deficientes, por exemplo, está em risco, porque empresa a partir de cem pessoas tem que, obrigatoriamente, contratar por volta de 1% de pessoas com deficiência. Se eu tenho uma empresa que tem cem trabalhadores, mas ela contrata dez outras empresas, então nenhuma delas vai ter que cumprir cotas, porque são dez empresas e cada uma delas vai ter dez trabalhadores. E você então agride o que se avançou, do ponto de vista das ações afirmativas, para o segmento mais excluído e mais discriminado da nossa sociedade. É isso que nós estamos vivenciando. E por que veio a reforma trabalhista? A reforma trabalhista veio pela dificuldade de aprovar a reforma da previdência.

A reforma da previdência é muito didática. As pessoas fazem contas: "Não! Vou me aposentar com 65 anos, tenho de trabalhar 40 anos para sair com a média de 100% do meu salário, ou então trabalhar no mínimo 25 anos. Eu não vou me aposentar". Porque é uma reforma, conforme disse bem o Ricardo Berzoini, da previdência que penaliza a população pobre. É falso dizer que ela valoriza a população pobre. A população pobre não tem... Hoje, 53% dos municípios não têm expectativa de vida de 65 anos. As pessoas que têm menos expectativa de vida são aquelas que têm menor condição de habitação, de saneamento, de assistência à saúde, essas não têm a mesma expectativa de vida. Vão trabalhar a vida inteira e não vão se aposentar.

O trabalhador rural não se aposenta mais como está colocado com a mudança da contribuição. As mulheres policiais que recentemente conquistaram 25 anos de aposentadoria. "Ah, não! Para os policiais nós vamos conceder 55 anos." O que é isso? O que é isso? Você vai ter de trabalhar 40 anos para poder sair com o que você tem. Ninguém vai entrar para ser policial com 15 anos de idade. Você vai entrar com 25 anos, porque se exige inclusive curso superior. Então, portanto, não se aposenta.

O servidor público vai se aposentar com 75 anos porque não pode ficar mais tempo, porque ele vai perder muito na sua própria remuneração. Esse é o processo que nós estamos vivenciando. Então, a dificuldade de aprovar a reforma da previdência fez com que eles puxassem a reforma trabalhista para poder acalmar o deus-mercado. Me parece uma tragédia grega, onde você doava ou sacrificava os

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	39

corpos para poder acalmar os deuses. É o deus-mercado que precisa ser acalmado. Então, vamos entregar os corpos, vamos entregar os direitos para poder acalmar o deus-mercado.

O pior de tudo isso é que eles buscam se apropriar do próprio sentimento, do próprio desejo e do próprio discurso. Dizem que tudo isso que eles estão fazendo é em defesa de quem está sendo prejudicado. "Não! Nós estamos fazendo a reforma trabalhista para gerar emprego." Não gera emprego! Veja o exemplo da Espanha. A Espanha gerou uma quantidade tão pequena de empregos – e empregos de tal forma precarizados –, que diminuiu de tal forma a renda no trabalho, que o País mergulhou em profunda precarização.

O período em que nós mais tivemos emprego foi o período quando estava fortalecida a renda e onde houve um estímulo. Foi o período em que a Previdência também foi superavitária. Porque o governo faz um cálculo da Previdência tirando a responsabilidade do Estado. O Estado tem de contribuir. O Estado contribui nos países mais ricos do mundo, em média, 26%. Na Noruega, a contribuição do Estado é de 76%. Você tem uma política de proteção social. E a proteção social exige o Estado. Aliás, você tem impostos que estão na Constituição Federal para a seguridade social, que são desviados pela DRU, pela Desvinculação da Receita da União, para outras políticas.

Nós tivemos milhões que foram desviados para a construção, por exemplo, da Ponte Rio-Niterói – recursos da Previdência. Então, esse é um quadro extremamente cruel que nós estamos vivenciando. E nós estamos vivenciando isso, porque vão perdendo a modéstia realmente. O fascismo vai perdendo a modéstia, vai ficando desnudo e vai ficando à vontade.

E aí vem a reforma trabalhista rural. E aí vem o parecer da CPI do Inbra e da Funai, que acaba com a Funai, que indicia gente morta, inclusive, em 2008. Mas indicia indígenas, religiosos, antropólogos, simplesmente porque contribuíram na homologação das terras indígenas. E não indicia nenhum ruralista e nenhum latifúndio. É isso que nós estamos vivenciando. São os segmentos que compuseram e construíram o golpe pagando ou recebendo a conta.

Por fim, digo que estamos vivenciando uma naturalização para além da falta de modéstia do absurdo, uma naturalização do absurdo. Parece que é muito natural que você negocie com um deputado que precisa e faça um Refis que vá atingi-lo. Há um comércio na Câmara dos Deputados. Há um comércio! Eles pontuaram as demandas dos Parlamentares, porque não têm segurança do voto e estão fazendo negociações individuais não só com a liberação de emendas, mas também com os cargos e, para além dos cargos, com o atendimento de demandas individuais.

Sabe do que me lembrou? Lembrou-me de um caso que nós trabalhamos na CPI da Exploração Sexual, do prefeito de Coari. O que fazia o prefeito de Coari? Identificava as meninas. Alguns Secretários, pagos pelo município, identificavam as

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	40

meninas no seu perfil, meninas de 12 anos, 11 anos, 10 anos, e as abordava. A partir dali, eles identificavam qual era a demanda das meninas para submetê-las a uma exploração. Estão identificando qual é a demanda dos Parlamentares para submeter o povo brasileiro a uma das mais profundas explorações dos seus próprios direitos.

Isso está acontecendo nesta Câmara, por isso ela tem se proteger do povo e tem que ser sitiada. Por isso, a cada dia que passa, quando eles não conseguem mais convencer, vão para a força bruta.

Nós estivemos em Goiânia para ver o menino que teve parte do crânio fragmentada. Dona Isabel, os médicos diziam o seguinte: "Imagine um ovo cozido, você esmaga esse ovo cozido e fica a casca toda moída". Isso que aconteceu com o crânio dele. O menino quase foi a óbito. Eles querem transformar essa investigação em investigação de abuso de autoridade, quando, na verdade, o que houve, foi uma tentativa de homicídio.

A força bruta, portanto, vai se expressando e crescendo e nós vamos resistir. Vamos resistir com todos Parlamentares daqui, do Distrito Federal. É importante que nós possamos, inclusive, disputar a população que está contra o Governo Rollemberg no Distrito Federal e que a Direita busca abocanhar, para dizer quem são esses Parlamentares da Direita. É preciso que a gente faça essa discussão com os Parlamentares daqui, do Distrito Federal, essa pressão e essa organização da própria população, para a gente reagir a tudo isso.

Eu vou pedir desculpas a vocês, porque vou ter que me retirar, Chico, mas, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e de escutar as falas que escutei, as que eu não escutei resgatarei depois. Quero dizer que nós precisamos discutir muito tudo que está acontecendo no Brasil e precisamos agir para que possamos impedir que haja a destruição do País e dos nossos direitos.

Se nós não reagirmos, não vai sobrar País; se nós não reagirmos, não vão sobrar direitos. Isso aqui vai ser o pacto das casacas e das cartolas, negociado nas mesas onde aparecem muitos recursos e muito dinheiro, para poder comprar a soberania e entregar o que este Brasil conquistou. Como bem disse o Brígido, conquistou sempre com muita dor, muita dor, muita dor e também muita fé e muita esperança.

Em nome de todo esse processo, e dessa dor, e dessa esperança, e dessa fé, e dos meninos e meninas que ainda vão chegar, é que nós temos que ir para as ruas e gritar com muita determinação: fora Temer! Golpista, fascista, machista não passarão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado à companheira Deputada Erika Kokay. Nós vamos agora ouvir os companheiros e as companheiras que se inscreveram no plenário. Quero dizer para vocês que nós gostaríamos de contar com a presença de todos até o final.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	41

No final, nós vamos descer ali e fazer um lanchinho juntos. Vamos poder, no lanche, conversar mais com a Dra. Ana Cláudia, mais com o Dr. Valdir, com o Brígido, com o Ricardo e com o Afonso. Tem um lanchinho ali esperando a gente. Pelo que me disseram, está bom.

Nós elaboramos uma cartilha bem singela mesmo, estou chamando de cartilha, que também vai estar disponível para os sindicatos, para quem quiser levar e distribuir na sua base. Nós vamos distribuir na Rodoviária. Já combinamos, Dona Isabel, nós vamos distribuir em todas as frentes de trabalho do comércio e dos prestadores de serviços que serão os mais prejudicados. É simples, mas... Viu, Afonso?

Com a palavra o Diógenes Nery dos Santos, Secretário-Geral do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal, você tem até três minutos, pode falar aqui da tribuna. Em seguida, o José Maria de Oliveira.

SR. DIÓGENES NERY DOS SANTOS – Boa noite a todos. Quero aqui parabenizar a iniciativa do companheiro e Deputado Chico Vigilante. Cumprimento a Mesa, o Exmo. Sr. Desembargador Regional do Trabalho e 10ª Região, Mário Caron, que teve de sair da Mesa; o Exmo. Sr. Procurador do Ministério Público do Trabalho, Valdir Pereira da Silva; a Sra. Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT –, e Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Distrito Federal, Doutora Ana Cláudia; Sr. ex-Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini; o Sr. Diretor da Federação dos Bancários, Jaci Afonso; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação do DF, Brígido Roland Ramos; companheiros da Mesa e a Sra. componente da Mesa, Deputada Erika Kokay, que já saiu.

Quero dizer que o Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal é contra e nós estamos à disposição para qualquer embate que venha acontecer no Distrito Federal.

Quero falar sobre o que pode acontecer com essa reforma trabalhista. O contrato de trabalho por produtividade de horas trabalhadas. Produtividade e horas trabalhadas. Vou dar um exemplo bem simples: se essa lei for aplicada no futebol, irá significar que o jogador que ficar no banco de reservas não terá direito a receber salário? Digamos que o reserva substituiu um jogador e o jogador só jogou quarenta minutos; ele irá receber por esse tempo? O jogador, no período em que o reserva ficou à disposição do clube, mas não jogou, não irá contar? Então, essa é uma coisa que podemos rever nessa mudança das leis trabalhistas, porque ela é totalmente equivocada. As pessoas são também dissimuladas e somente querem ver o capital.

Quero dizer para os senhores, aos nossos nobres companheiros bancários, aos companheiros vigilantes, à nossa companheira aqui do Sindserviço e a todos vocês: o Sindicato dos Rodoviários não irá medir esforços para ir à linha de frente para combater as injustiças que estão acontecendo aqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	42

Nossos companheiros foram na terça-feira para Curitiba, nós mandamos os rodoviários para a linha de frente. Quando os companheiros professores também se mobilizaram, nós do Sindicato dos Rodoviários fomos para a linha de frente. Então, estamos à disposição de qualquer iniciativa que venha beneficiar a categoria dos trabalhadores do Distrito Federal.

Quero parabenizar também aqui, na presença do Dr. Valdir e da Dra. Ana, o Ministério Público, que é bem atuante, fiscalizador. Nós temos um trabalho muito importante com o Procurador chefe, o Dr. Alessandro, aqui no Ministério Público.

Parabenizo a cada um de vocês aqui.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Diógenes.

Concedo a palavra ao José Maria de Oliveira, sindicalista e vigilante há quarenta anos. José Maria, não precisa ler a presença dos componentes da Mesa, porque você ganha um minuto.

O próximo a falar será o Carlos Geison, diretor-geral jurídico do Sindicato Nacional dos Aeroviários.

SR. JOSÉ MARIA OLIVEIRA – Boa noite. Essa é mais uma participação minha hoje, porque eu já participei na Câmara da Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil.

Se eu saí de lá preocupado, cheguei aqui e completou mais a preocupação. Se soubéssemos o funil em que estamos dentro, eu acho que aqui deveria estar cheio de sindicalistas. Porque, rapaz, o negócio está tão feio que a gente pensa que é brincadeira. Um debate como esse, de graça, sem pagar nada, e as pessoas ainda não procuram. Eu acho que estão pensando que vai cair do céu.

Primeiro, eu me preocupo muito com a juventude do meu País. Os meus netos, muitos jovens que estão por aí, coitados, que estão atrás da vida, procurando estudar, isso e aquilo outro... chegam num final deste e está todo mundo esperando, só ouvindo a *Globo*. Depois vão ficar chorando pelo leite derramado; preocupo-me muito!

Hoje, quando saí da Câmara, a gente entrou lá às 9h e saiu às 13h15min – inclusive quem estava na Mesa comandando era a Erika Kokay –, fui para o sindicato com a minha cabeça rodando que nem um parafuso! Meu Deus do céu, como é que vai ser para o trabalhador? Vai voltar o tempo da escravidão, e está existindo já! De dezembro para cá, quantos empregados das bases estão desempregados? Na minha base mesmo de vigilante já existem 6 mil desempregados, só na minha base de vigilante. E, nas outras bases de trabalhadores, como é que vai ser? Há 14% de desempregados em Brasília. Como vai ficar o nosso povo, pelo amor de Deus?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	43

Ainda tem sindicalista sentado em cadeira macia esperando cair do céu. Aqui devia estar cheio de gente. E essa gente também devia ter participado da discussão hoje lá. Estava lotado, até o pessoal da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura estava lá na luta! É uma luta honesta a daquele povo. Estavam lá aquelas senhoras de chapeuzinho verde, só você vendo como foi tão bonito! E aqui um negócio tão legal, de graça, cadeira macia, muitas autoridades na Mesa para passar as informações de interesse nosso, mas as pessoas não vêm. Não, uma hora desta, devem estar chegando em casa.

Então, é isso. Muito obrigado, Chico, continue tendo iniciativa como esta. Acho que esta Casa, apesar de ter muito pelego, se tivesse dez Deputados iguais a você, não estaria como está hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado ao companheiro José Maria.

Concedo a palavra agora ao Carlos Geison, diretor-geral jurídico do Sindicato Nacional dos Aeroviários, e, em seguida ao Rogério Conte, SindSaúde.

SR. CARLOS GEISON – Boa noite a todos. Queria saudar aqui a Mesa, em especial ao Deputado Chico Vigilante, pelo convite aos aeroviários.

Queria falar que hoje esse pacote de maldades desse golpista que está no poder já atinge a aviação, que com a terceirização, nessas duas últimas semanas, já vive essa realidade, senhores. A TAM hoje terceirizou o serviço de rampa, serviço em que o trabalhador coloca as malas e faz a sua triagem. Hoje ela deixou de ter seus trabalhadores orgânicos para pôr terceirizado, paga uma miséria a esse trabalhador, que não tem plano de saúde, que trabalha oito horas. Isso é um desrespeito à lei dos aeroviários, àquilo que o aeroviário é: trabalha seis horas, tem aposentadoria de 25 anos. Esses trabalhadores hoje estão com seus direitos ameaçados, já vivem essa realidade na aviação.

Então, aqui trago essa denúncia, essa triste realidade hoje vivida pela aviação. Hoje recebemos a notícia de que a Gol Linhas Aéreas também terceirizou o seu *check-in*. São cinquenta trabalhadores na rua. Rua! E, voltando aí, o trabalhador terceirizado. Preocupa-nos. Preocupa-nos, e nos chama para sairmos todos da nossa inércia, da nossa inércia. É isso que o sindicato e os trabalhadores também da base estão vivendo. A greve do dia 28, senhores, foi um avanço porque podemos trazer a realidade da base e conseguimos fazer uma greve inédita no meio pelego, que é o meio aeroviário, em que existem muitos patrões, inclusive os chefes das companhias aéreas que são gravatinhas, mas que são afetados hoje pela crise que bate à porta deles; hoje eles estão preocupados e têm procurado o sindicato.

Há males que vêm para o bem. Santo Agostinho, um filósofo, disse que Deus não permite um mal que dele não possa tirar um grande bem. Que desse bem hoje possam nascer no nosso meio sindical pessoas novas, que possamos acordar para uma nova realidade, uma revolução que precisamos fazer no nosso meio, porque a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL		44

terceirização e a precarização estão batendo na nossa porta, estão chegando, estão chegando no nosso meio, estão roubando os nossos espaços, os nossos trabalhos e a nossa vida familiar. Preocupa-me também o sindicato e os meios em que vivemos a vida familiar. Você vai ser escravo do trabalho, vai viver para trabalhar. Quando você vai ter tempo para uma vida cultural, para estudar, principalmente a juventude, que está no mercado de trabalho? Quando vamos ter tempo? Quando vamos ter tempo para educar nossos filhos, se vamos viver no trabalho, como no Japão? No Japão, a *Globo* fascista e golpista mostrou uma reportagem outro dia, os trabalhadores estão fatigados, morrendo de infarto. É isso que querem fazer de nós: escravos do trabalho. Vamos gritar e denunciar isso.

Para concluir, eu queria chamar todos para acordarem dessa inércia. Vamos todos unidos, porque esse governo golpista mostrou a face dele. O golpe não foi contra a ex-Presidente, o golpe foi contra os movimentos sociais, contra os trabalhadores, contra os homens honestos que trabalham neste País, contra os jovens estudantes, contra a periferia. Sou da periferia de Brasília, que depende dos avanços sociais que o governo Lula deixou, os quais esse governo golpista está destruindo a cada dia.

Aqui eu concluo, deixando minha saudação sindical a todos. Fora, Temer!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro.

Eu conversei outro dia, Ricardo, com um grande empresário de Brasília que chamou a atenção para um fato. Dra. Cláudia, ele disse: "Eu fui viajar para São Paulo. Saí de casa, peguei um carro japonês, embarquei no aeroporto argentino e peguei um avião do Chile, Latam". Ele disse: "Onde estão as coisas do Brasil?" Eu falei: vocês ajudaram a acabar. É isso.

Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Conde.

SR. RODRIGO CONDE – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante.

Deputado, das diversas coisas e maldades que há dentro dessa reforma, eu coloquei três, e, em todos os debates que venho fazendo com os companheiros, gosto de salientá-las. Retiram a contribuição sindical de todos os sindicatos do Brasil, do sistema sindical, mas permanece a contribuição do Sistema S, que financia todo o sistema patronal. Inclusive, na 202 Norte, para quem quiser pegar um exemplo bem próximo, há um prédio bonito todo espelhado, que está alugado para a CNI – Confederação Nacional da Indústria, pago com essa contribuição para o sistema patronal, que financia todo o Sistema S. É mais ou menos algo em torno de 25 bilhões por ano. Eles falam do valor da contribuição sindical que é pago e financia os sindicatos, que é praticamente dez vezes menos do que isso. Isso aí é uma afronta, e é nítido como só está se preocupando em retirar aquilo que financia o trabalho dos sindicatos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	45

Outra questão é a da jornada intermitente e pagamento por hora. Ora, eles falam que não vão retirar décimo terceiro e férias, por exemplo, do trabalhador. Mas, quando permitem contratar por jornada intermitente e o pagamento é por hora, você não faz jus a décimo terceiro e férias, se não trabalhar doze meses consecutivos. Se você não trabalha doze meses consecutivos, trabalha mês sim, mês não, e trabalha ainda recebendo pagamento por hora, como você vai fazer jus a férias após doze meses? Não vai fazer, não vai ter férias e não haverá décimo terceiro para o trabalhador contratado e pago dessa maneira.

A outra grande preocupação é, por exemplo, conosco, com o pessoal da saúde, e também com os vigilantes, Deputado. Nós já trabalhamos 12 horas, 12 por 36, é a nossa escala. Mas vejam bem, ele não vai mais precisar nos contratar por mês. Ele pode contratar só por catorze ou quinze dias. Ele não vai mais precisar pagar salário para nós, ele vai nos contratar por catorze dias por mês. Os vigilantes, os profissionais da saúde que trabalham em hospitais, que já trabalham 12 por 36, o patrão não vai precisar pagar um salário. Ele vai falar: "Eu preciso de você só catorze dias por mês. Você quer ou não?"

Outra coisa: o sindicato perderá a força. Quem quer ficar desempregado? A negociação é individual: "É isso que você quer ou não? Catorze dias é o que eu tenho para você".

Então, são três pontos preocupantes demais, que diversas vezes passam batido nos debates a que tenho assistido. São diversos e diversos pontos complicados nessa reforma, mas eu sempre gosto de pontuar esses três, que estão ali escondidinhos e vão dificultar, e muito, a vida de todos os trabalhadores no Brasil.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro, que teve a capacidade extraordinária de mostrar mais um capítulo do filme de terror.

Concederemos a palavra ao nosso companheiro Marcos Rogério Guedes, diretor do SindSaúde. Em seguida, ao Sr. Juan Sanchez, dirigente sindical da FITRATELP – Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações.

SR. MARCOS ROGÉRIO FERREIRA GUEDES – Boa noite. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Deputado Chico Vigilante, e os demais.

Quero fazer uma colocação. É uma atitude muito louvável desta Câmara trazer este debate para cá, uma grande iniciativa. É muito bom o folheto explicativo, Deputado, e eu faço questão de ajudar a distribuir, porque esclarece os trabalhadores e os alerta sobre os prejuízos que podem ter com essa reforma trabalhista. Esta Câmara trouxe mais uma vez para si a responsabilidade e o papel que ela tem de esclarecer os trabalhadores, de lutar pela população e pelo servidor.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	46

Quero dizer que sou servidor da saúde somente há trinta anos. Coincidentemente, a gente começa a pensar e acreditar que o Governo de Brasília pode ter uma participação na elaboração das leis.

Eu queria dizer ao desembargador que estive aqui no início que, ao falar em desembargador, nós nos lembramos do que enfrentamos de 2013 para cá, quando o Governador de Brasília Rodrigo Rollemberg buscou meios de se livrar da responsabilidade da nossa incorporação da Gata, um direito que está na lei. Tanto a incorporação da nossa gratificação dos servidores da Saúde, como a isonomia da carga horária. A Câmara sabe muito bem o que é isso. A gente lembra que, antes, alguns Deputados da Câmara não sabiam o que era a GATA - Gratificação de Atividade Técnica Administrativa, a que nós temos direito e que não foi paga até hoje.

Eu acho bem louvável a atitude desta Câmara de trazer este debate para cá. É bom contar com a mídia, mas o Facebook já tem um alcance muito bom, Deputado. Continuemos assim: redes sociais, Facebook, que é o que nós temos, e a nossa voz para levar a informação aos colegas trabalhadores que vão ser massacrados – a gente espera que não –, caso passe essa reforma que, como disse o nosso amigo Brígido, é uma deformação. Não é? É uma deformação dos direitos.

Coloco de antemão o nosso papel como sindicalista. Sou diretor do SindSaúde, junto com meu amigo Rodrigo Conde, que fez uso da palavra. A nossa Presidente Marli Rodrigues não pode estar presente, pois está em outro compromisso, mas nós estamos aqui. Precisamos nos colocar à disposição e para isso viemos, como uma força-tarefa que a gente quer deixar aqui registrada, para essa missão de levar as informações e lutar contra essa reforma, que é uma grande afronta ao trabalhador brasileiro.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado ao nosso companheiro.

Quero agradecer às 8.257 pessoas que acessaram o Facebook até agora e tomaram conhecimento deste nosso debate. Já dá uma assembleia de trabalhadores representativa. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Sr. Juan. Em seguida, ao Sr. Lúcio Lima.

SR. JUAN JOSÉ RODRIGUEZ SANCHEZ – Boa noite, companheiro Deputado Chico Vigilante. A sua iniciativa tem que permear as demais Câmaras Legislativas, que são as assembleias legislativas das demais unidades federativas do nosso País.

Nós representamos sindicatos filiados à Federação Interestadual das Trabalhadoras e Trabalhadores de Telecomunicações. Nós, com os meios de que dispomos, já perpassamos todos esses trabalhos realizados nessa tarde de hoje, e todos estão inteirados do que está ocorrendo aqui na Câmara Legislativa do Distrito

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	47

Federal. Esta nossa representação se faz presente em Brasília, porque estamos no plantão da nossa Federação. Pode ser um outro companheiro numa outra ocasião ou outra companheira. Nesse caso, cabe a mim representá-los nesse momento.

Eu queria ressaltar que todo esse processo tem uma origem. Por isso, nós temos que fazer o debate em dois níveis: o debate da nossa representação parlamentar no Congresso Nacional e aqui na Câmara Legislativa – esse é o debate parlamentar – e o debate lá na nossa base. Se nós dissermos para a nossa base que a origem desse processo todo está no Consenso de Washington, de 1985, quando foi requeitado o liberalismo, o neoliberalismo ressurgiu, a nossa base talvez não entenda. Mas os Parlamentares têm que denunciar que isso é obra exatamente do processo mundial da retomada do liberalismo, da retomada principalmente dos ativos das nações emergentes. Foi uma ordem da Margareth Thatcher – não podemos esquecer isso – que baixou essa linha e, a partir daí, as representações patronais, principalmente nos países aqui da América Latina, tomaram para si esse modelo e estão adotando e implantando esse modelo na marra. Foi dito aqui, com muita propriedade, que, no nosso Brasil, nós conseguimos deter o processo durante doze anos, mas ele está na pauta da CNI há trinta anos! Eles não esquecem, eles não dormem, enquanto não conseguirem dilapidar, precarizar todas as condições de trabalho a ponto de chegarem à dilaceração do tecido social brasileiro. É isso que está ocorrendo com esse processo.

Nas nossas bases, não adianta chegar e dizer isso. Talvez a companheirada não vá nos entender, mas vai entender quando nós pontuarmos as mais de 100 cláusulas da CLT que estão sendo atacadas. Fala-se que o Direito Constitucional está sendo preservado. Vou dizer exatamente o que um companheiro disse aqui: “Não adianta ter direito constitucional ao fundo de garantia, de férias e tudo o mais se tu não vais atingi-lo, se tu não vais exercê-lo. Trabalhador, trabalhadora, tu não vais exercer esse direito.” Esse é o discurso na base.

Mas o discurso lá dos nossos companheiros parlamentares é a denúncia imediata do que aconteceu lá no México agora: eles retomaram o que eles tinham há trinta anos, que já era atrasado. O que o PRI mexicano havia imposto, eles tiveram que retomar, sob pena de terem uma nação sucumbindo na miséria total, sem recurso algum sequer na Justiça, seja trabalhista ou cível. E eles tiveram que fazer isso. Será que o nosso País vai ter que passar por isso? Então, nós temos que evitar isso e denunciar imediatamente.

Isso está na agenda da CNI. Foi dito aqui, com propriedade, que foi incluso *ipsis litteris* o que está lá na agenda da Confederação Nacional da Indústria e da Fiesp. Não dá para esquecer da Fiesp, que é a promotora de tudo isso, porque é a que mais tem arrecadação para isso e recurso. Está na agenda deles, e eles estão impondo isso. Nós conseguimos deter, sim, durante doze anos. E, em 2018, nós temos que retomar com o companheiro Lula ganhando a eleição e vencendo também essa pseudo e pretensa intenção de aprazar a eleição para 2020. Cuidado com isso!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	48

Cuidado com isso! Já está aí o projeto para que não tenhamos eleições em 2018. Então, o processo, se é democrático, que seja com as regras que existem, e vamos respeitá-las; se não é democrático, se é na marra e na porrada, para isso também temos que estar prontos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro.

Com a palavra o Sr. Lúcio Lima, que é assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística.

Em seguida, a nossa querida companheira e guerreira Isabel Caetano, Presidente do Sindiserviços.

SR. LÚCIO LIMA – Boa noite a todos, ao Deputado Chico Vigilante e aos demais membros da Mesa. Ficamos angustiados ao ouvirmos determinados depoimentos, mas é a realidade do Brasil e nós temos que encarar.

Semana passada, por ironia do destino, eu participei do 1º Encontro Nacional de Relações do Trabalho, promovido pela Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho, para discutir a reforma trabalhista. Participou o Dieese, a OIT, o Ministro Ives Gandra, de que todos já conhecem a posição, mas o que salvou foi o Ministério Público do Trabalho, o Dr. Ronaldo Fleury, que fez uma belíssima exposição lá, a Dra. Denise, representando a OAB, e o professor Weber Bonfim, que a maioria dos colegas deve conhecer.

Ontem, participei de mais um seminário, o XVII Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas, que também discutiu o Marco Regulatório do Setor de Transportes de Carga e, na parte da tarde, discutiu exclusivamente a reforma trabalhista.

Eu ouvi coisas horríveis, sai de lá com náuseas, porque era um público de empresários, de grandes empresários. Lá estavam os trezentos maiores transportadores do País. Um juiz do trabalho da 10ª Região, Dr. Marlos Melek falou coisas vergonhosas. Para resumir, ele disse que essa era apenas a primeira reforma, que era uma reforma excelente, que não vai tirar emprego de ninguém e que, imediatamente após passar essa reforma, que ele tem segurança de que vai passar, tem-se de fazer outras reformas, porque o Brasil tem que continuar sendo modernizado. A mesma palavra da *Rede Globo*: não é reforma, é modernização das leis de trabalho.

Meus caros, o colega que me antecedeu aqui falou da Fiesp. Eu tenho uma revista lá em casa, revista *Istoé*, de março ou abril do ano passado, um mês aproximadamente antes do *impeachment*. Ela comprou oito páginas onde estavam lá quase 400 sindicatos dizendo "*impeachment* já" e o nome dos sindicatos a ela filiados que estavam defendendo o *impeachment*. Essa era a senha para tirar a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	49

Dilma, botar o Michel Temer e fazer exatamente aquilo que eles desejavam há muito tempo.

Portanto, meus caros companheiros, não há dúvidas: eles estão com a bola, colocaram lá o Michel para fazer a reforma que eles tanto desejavam, e os empresários estão com o sorriso aqui. E nós temos o quê? Temos os companheiros, várias instituições sérias, várias pessoas que estão conosco, com os trabalhadores nesse debate, parlamentares sérios e a nossa vontade de lutar. Aliás, a nossa vida nunca foi fácil.

Eu acho que temos de encontrar uma forma de levarmos isso, Deputado Chico Vigilante, para as feiras, para os botecos, para as universidades, enfim, fazer chegar isso à cabeça das pessoas. Nós estamos, no dia a dia, conectados às redes sociais, acompanhando, participando. Sabemos do crime e da gravidade que é essa reforma trabalhista. Sabemos perfeitamente.

Agora, não basta a greve do dia 28, companheiro Jacy Afonso. Acho que vamos ter de, imediatamente, fazer uma agenda de uma greve semanal, um dia sem nada no Brasil, talvez segunda-feira, toda sexta-feira, porque eles estão nos apertando e vai chegar o momento em que não vamos mais ter condições de lutar. Imaginem a gente derrubar uma árvore e jogar veneno na raiz para ela não nascer mais. É assim que eles estão fazendo. Eles estão tirando os direitos dos trabalhadores e matando os sindicatos para que nunca mais alguém venha lutar para reivindicar nenhum direito trabalhista. Não é coisa de dez, vinte anos, não; é de séculos.

Para concluir, Chico, a nossa Confederação – estou aqui representando o companheiro Paulo João, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística –, modéstia à parte, teve um papel importante na greve do dia 28. Estamos à disposição, juntamente com os demais companheiros das outras categorias. Isso não é greve para reivindicar *ticket* refeição, nem 5% de salário, é greve para mudar a agenda política do Michel Temer. Senão, daqui a uns dias, não teremos mais condições de ir à rodoviária distribuir um panfleto ou simplesmente de estar aqui, debatendo algo tão sério para o destino do nosso País, dos nossos filhos, dos nossos netos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Lúcio.

Concedo a palavra à dona Isabel Caetano, Presidente do Sindserviços.

Em seguida, falará o companheiro Moisés Alves da Consolação, Diretor-Geral do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal e Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes do Centro-Oeste.

SRA. ISABEL CAETANO – Primeiro, quero cumprimentar toda a Mesa, na pessoa da Dra. Ana Cláudia.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	50	

Eu vou só fazer um relato, Deputado Chico Vigilante, e uma reflexão que já foi feita. Todo mundo vive dizendo que é contra a terceirização. A OAB ficou três dias com juizes e representantes do Ministério Público, e a única sindicalista que estava lá era eu, que defendo os terceirizados e não deveria estar lá. Agora, os que dizem que são contra, que batem, que viram machões estavam todos dormindo. Falar é fácil, eu quero ver é agir.

Deputado Chico Vigilante, eu só quero fazer um relato aqui, porque estou sofrendo muito, estou muito angustiada. Eu sou uma terceirizada e sei o que é ser um terceirizado. Já é uma escravidão branca. O Presidente da Câmara dos Deputados – houve uma ligação – levou toda a sua família para a casa dele e os terceirizados estão trabalhando lá 24 horas, sem um dia de folga.

Eu não tenho como chegar a esses trabalhadores. Só se eu arrumar uma metralhadora. De outro jeito, não entra. Aí, fica gente com demagogia de que vai barrar, de que vai fazer isso. Não vai! Não vai, porque o próprio movimento sindical não quer se mexer. Vão me desculpar os companheiros. Não querem! Porque tivemos oportunidades. Eu fui chamada diversas vezes na Mesa, tanto no Senado como na Câmara Legislativa, e os diretores do Sindiserviços não iam. Quanto mais os outros sindicalistas!

Falar do jeito que vejo falando por aí, vão me desculpar – eu sou pequena, mas o que eu não cresci no tamanho eu cresci na língua –, mas é demagogia. É demagogia! Eu quero agradecer ao Ministério Público do Trabalho, que sempre foi parceiro desses trabalhadores. Aqui, o Dr. Valdir sabe disso. A Dra. Ana, não sei se naquela época ela estava lá. Eram o Dr. Valdir e o Adélio.

A empresa PH, com 8 mil trabalhadores, deixou todo mundo sem receber. Eles pediram para irmos a Belo Horizonte, porque não conseguiam intimar a empresa. Quanto cheguei lá, o motorista do táxi me disse: "Dona, essa corrida, para mim, vai ser ótima." Eu digo: "Por que, senhor?" "Porque é longe aonde vou levar a senhora. Esse endereço aqui é no cemitério." A lei diz que quem está contratando tem de mandar um fiscal, ou sei lá qual danoção, saber se o endereço da empresa é verdadeiro, se ela tem capacidade. Isso, eles não fazem. Agora, querer escravizar, voltar com a escravidão, eles querem. Aí, eles são os bambambã. E, aí, Deputado Chico Vigilante, neste ano, Dra. Ana, Dr. Valdir, Jacy Afonso, companheiro Berzoini, já foram 57 empresas quebradas. O dinheiro não deu para pagar nem o direito dos trabalhadores. Tivemos que fazer *pro rata*. Isso é uma vergonha. Aí fica esse bando de canalha falando em moralizar. Quer moralizar o quê? O que eles querem moralizar, se a responsabilidade é deles? Então, é isso? Deputado Chico Vigilante, eu já não estou querendo mais participar das coisas porque, para mim, estão brincando que estão fazendo alguma coisa. Como já foi dito aqui, cadê os sindicalistas? Quantos sindicatos aqui trabalham com terceirizados, gente? Quantos? Eu saia da OAB aqui, onde fui chamada, e chegava ao P Sul uma e meia da manhã. Às 7h da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	51	

manhã, eu estava no Sindiserviços. E todo mundo dormindo ou sei lá fazendo o quê. Só Deus sabe!

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigada, dona Isabel. É um pronunciamento realmente muito profundo. A sensação que a gente tem é de que há muita gente dormindo e sei lá se vão acordar.

Concedo a palavra ao Moisés Alves da Consolação. Trinta anos de sindicalismos, mas continua jovem.

SR. MOISÉS ALVES DA CONSOLAÇÃO – Boa noite, presentes. Dona Isabel, vou ficar calada, porque a senhora é minha conterrânea. A gente não vai se estender, não.

Pessoal, desde ontem estou em uma Conferência do FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores, discutindo as reformas trabalhista e previdenciária. Não falaram na reforma previdenciária lá; falaram mais da reforma trabalhista. Mas eu fiquei mais preocupado – sou sindicalista, como dona Isabel disse, há mais de trinta anos –, foi com o fato de que 90% dos sindicalistas não têm conhecimento da gravidade dessas reformas. Não sabem praticamente nada do que está se passando. O cara não sabe que vai perder a representatividade. Começando daí. Se ele soubesse, iria procurar se aprofundar nos conhecimentos, saber o que representa essa reforma para a classe trabalhadora. Portanto, gente, eu mesmo fiquei preocupado comigo mesmo.

Hoje, voltamos para a CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores. Eu falei assim: vou levar pelo menos uns quatro companheiros meus, para eles começarem a ver o que se passa em torno do movimento sindical brasileiro, o que vai acontecer com o movimento sindical brasileiro. Isso, a partir da representatividade. O que eles colocaram lá? Colocaram lá a perda do imposto sindical. A perda do imposto sindical não é nada. Aquilo é arma de pelego. Ele vai negociar o quê? Se falarem que vai retornar o imposto sindical, ele esquece o restante. Ele esquece até que vai deixar de ser representante sindical, onde uma comissão de empresa vai representá-lo. Uma simples comissão de empresa vai poder representá-lo. Inclusive, não é com o sindicato dele, mas com o sindicato do patrão, o patronal. Portanto, acho que a gente vai ter de reciclar, para poder passar a informação à classe que representa. Isso é preocupante.

Eu li alguns pontos do material e fiquei preocupado comigo mesmo. Não sei nada! Aliás, sei muito pouco. E, baseado nisso, tenho consciência de que, por parte dos meus companheiros, é a mesma coisa. Portanto, acho que, para a gente começar a informar, tem que estar informado. Acredito que a gente tem que se mobilizar porque o tempo é muito curto, o tempo é curtíssimo, e o governo está realmente empurrando a coisa goela abaixo. E, quando passar, vão falar assim: o bonde passou. Passou, e seus sindicalistas vão ver as consequências, e nós vamos ser cobrados lá na frente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	52

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao companheiro Moisés.

Ouvindo a fala do Moisés, eu estava me lembrando do dia em que eu conheci uma ministra do Tribunal Superior do Trabalho, que é uma ministra do nosso lado, pois não basta ser do Tribunal Superior do Trabalho, uma vez que há gente lá muito mais patronal do que o próprio patrão.

Ela me falava de uma medida importante que o TST tomou que é fundamental para os trabalhadores terceirizados, aquela súmula que determina que, caso a empresa quebre, o órgão tomador de serviço é obrigado a pagar os trabalhadores.

Ela falava: Deputado, o caminho do tribunal está afundando de empresário que vem aqui pedir, fazendo *lobby*, para derrubar a súmula, e vocês não estão fazendo nada! É raro um trabalhador vir aqui. Só que eles agora vão derrubá-la na reforma trabalhista. Haverá a contratação sem limites dos terceirizados e sem a figura do solidário. Portanto acabou, acabou e pronto. É mais do que escravidão.

O Frei Leonardo Boff falou uma frase no início do golpe: se os trabalhadores brasileiros soubessem o que estava vindo, nas ruas e nas avenidas não caberia tanta gente. É isso.

Para encerrar a participação do plenário, convido a companheira Sebastiana de Oliveira Santana, Tiana, que é da diretoria do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal. Vamos encerrar a falação do plenário com a fala de mais uma mulher.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Combinado, Dona Isabel.

Tiana, vamos lá?

SRA. SEBASTIANA DE OLIVEIRA SANTANA – Boa noite a todas e a todos. Quero cumprimentar a todos da Mesa, em especial meu companheiro Deputado Chico Vigilante, e parabenizá-lo por essa iniciativa, não só dessa vez, mas todas as vezes em que é necessário defender os direitos dos trabalhadores e da população de Brasília.

Eu queria aqui também, neste momento – porque eu sei que, com certeza, os demais gabinetes da Câmara devem estar lá com os seus funcionários, com os seus Deputados trabalhando –, alertar todos, chamar a atenção de todos vocês Deputados aqui da CLDF para que sigam o exemplo do Deputado Chico Vigilante, que, todas as vezes, convoca a classe trabalhadora e os sindicalistas para virem discutir assuntos pertinentes à nossa classe. Eu gostaria muito de ver essas cadeiras, aqui, dos nobres Deputados ocupadas por todos vocês, porque vocês foram eleitos e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	53

representam o povo de Brasília, representam os eleitores de Brasília e, com certeza, todos eles são trabalhadores também.

Quero aqui dizer que realmente nós estamos muito preocupados com essas reformas malditas do maligno Temer e dos aliados dele. Dias tenebrosos estão por vir, mas nós iremos lutar até o último instante para combater todas essas maldades. Eu digo não ao Temer. Eu digo não aos golpistas. Eu digo não à retirada de nossos direitos. Iremos para as ruas. Iremos, sim, para os postos de serviços. Iremos para todos os pontos onde o povo está e vamos esclarecer a todos eles o que vem acontecendo. Iremos, sim, lá para frente do Congresso, iremos aos gabinetes do Senado e da Câmara fazer o nosso apelo e, se for preciso, nós iremos gritar e brigar porque a classe trabalhadora não está suportando mais o que aquele Congresso vem fazendo, traindo o nosso voto.

Eu quero simplesmente agradecer o convite, Deputado Chico Vigilante. Todas as vezes que venho aqui, saio muito mais esclarecida e tenho certeza de que os meus companheiros sindicalistas também.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Tiana.

Dona Isabel, venha aqui à tribuna.

Concedo a palavra a Sra. Maria Isabel Caetano dos Rios.

SRA. MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS – Eu me esqueci de dizer, Deputado Chico Vigilante, que isso está me doendo muito. Chamou-me a atenção, no *Jornal do SBT*, um cidadão – eu prefiro dizer cidadão, porque eu vou ainda terminar presa – dizendo que nós somos preguiçosos, mentirosos e irresponsáveis. Eu escrevi até aqui para não esquecer: preguiçosos, mentirosos, irresponsáveis. Ele estava dizendo o que é o sindicalista, que nós somos irresponsáveis, preguiçosos e mentirosos. Então, eu acho que isso é falta de respeito com o cidadão, porque se esse bando de canalhas está lá, foi o povo que os colocou. Não é porque nós somos sindicalistas que nós deixamos de ser gente. Graças a Deus eu nunca votei na Direita. Meu pai e minha mãe eram direitões. Disseram que eu tinha nascido da pá virada e nasci mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dona Isabel. Vamos voltar a ouvir aqui a Mesa, começando pelo companheiro Brígido. Agora os integrantes da Mesa terão até três minutos para as considerações finais e os agradecimentos.

Concedo a palavra ao Sr. Brígido Roland Ramos.

SR. BRÍGIDO ROLAND RAMOS – Eu gostaria mais uma vez de agradecer em nome dos trabalhadores de telecomunicações e apenas dizer que a gente precisa realmente dar sequência e consequência a todas as ações que a gente propôs aqui. Estamos aprendendo muito, mas precisamos aprender mais, porque é preciso ação. Esse é o momento de agir. É isto só o que eu queria dizer: que nós trabalhadores de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	54

telecomunicações estamos aí nessa luta junto com a Central Única dos Trabalhadores para dar sequência. É uma luta muito poderosa e muito difícil, mas também é uma luta que muito nos honra dela participar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao companheiro Brígido.

Concedo a palavra ao Dr. Valdir, procurador Regional do Trabalho do Distrito Federal e Tocantins, da 10ª Região do Trabalho.

SR. VALDIR PEREIRA DA SILVA – Obrigado, Presidente.

Queria só alertar, enfim, a classe trabalhadora, que está aqui neste plenário ou nos vendo via internet, que a situação é muito mais grave do que vocês possam imaginar. Eu podia fazer uma analogia com o Titanic afundando ou com um cortês chegando ao México e dizimando os astecas. Enfim, aqui é um pequeno exemplo que está sendo notificado. São pessoas, com conhecimento técnico muito grande, atingindo os pilares realmente do Direito do Trabalho.

Então tem que haver um esclarecimento mesmo, eminentemente técnico, porque, na atual conjuntura, essa é a única fronteira que se tem. Tem-se que esclarecer esses trabalhadores em nível nacional, talvez com um calhamaço desse impresso no computador. Todo mundo tem computador, deem uma pesquisada lá no site do Senado – agora mudou o número do projeto, agora é PL nº 38, de 2017 – e fiquem pasmos com o que está acontecendo. Verifiquem com seus advogados, seus jurídicos, e informem suas categorias, antes que vocês percam essa fronteira. Porque, a partir daí – eu falo isso como procurador do Ministério Público, com uma visão eminentemente técnica e com preocupação constitucional –, eu alerto: isso é um Titanic que está afundando e é preciso esclarecer essa classe trabalhadora. A situação é muito pior do que vocês imaginam.

Eu acho muito importante essa abrangência técnica, científica, a começar do art. 2º, partindo até para a Lei nº 8.213. O que está acontecendo é que quem quer fazer aprovar essa situação que eu me recuso a chamar de reforma – porque isso é um desmonte, falo isso com fiscal da lei – tem um discurso pronto, um mantra, uma peça publicitária: modernidade.

Isso não é modernidade. A CLT é moderníssima. Isso não vai gerar nenhum emprego, vai realmente causar desemprego, eliminando postos de trabalho mais consistentes. Contudo esse é um mantra que está sendo repetido e não está tendo a contraposição. Você não vê no jornal um trabalhador perguntado sobre o que ele acha disso. Você não vê um procurador do trabalho sendo perguntado sobre isso. Você sempre vê as mesmas figuras dizendo sempre a mesma coisa, como se fossem um robô pré-programado.

Conhecimento é poder. Então, se vocês não conhecerem o que está acontecendo, ficamos, realmente, somente nessa questão – também importante – da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	55

visão ampla de que a classe trabalhadora está sendo prejudicada. Mas em quê? Quando o trabalhador que sai às 5h da manhã souber a extensão do que está acontecendo com ele – que ele vai ter trinta minutos de horário de almoço, que não vai ter as horas de percurso e que vai ter suprimidos, mesmo, muitos direitos trabalhistas, ao contrário do que dizem –, quando ele souber disso, realmente, ele vai desligar a televisão e vai para o computador e vai perguntar o que fazer.

Então, vocês são atores do processo legislativo. Isto é constitucional, isto é lícito: abordar os Parlamentares, perguntar por que estão fazendo isso. Façam isso enquanto é tempo. Vocês estão em um Titanic que está afundando. Falo como membro do Ministério Público do Trabalho, membro do Ministério Público da União, uma posição eminentemente técnica, estou alertando: a Constituição está em vias de ser pisoteada no que se refere a direitos sociais.

E não se resume àqueles direitos do art. 7º, esses estão sendo preservados porque, na verdade, isso não é uma emenda constitucional, mas todo o outro mundo do trabalho está em risco. Então, que vocês não sejam, realmente, os astecas que foram dizimados por trezentos espanhóis. Saibam os seus direitos e defendam os seus direitos. A história vai cobrar isso de vocês mais tarde. O Ministério Público do Trabalho está fazendo a sua parte. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Valdir. O pronunciamento do senhor foi muito importante: a responsabilidade a que o senhor chama todos nesse momento.

Passo a palavra à Sra. Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e Procuradora do Trabalho do Distrito Federal, Dr. Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro.

SRA. ANA CLÁUDIA RODRIGUES BANDEIRA MONTEIRO – Eu também, de forma bastante objetiva, até pelo adiantado da hora, quero só me somar ao que os colegas falaram para reiterar a necessidade de nos articularmos de verdade.

Este espaço de mobilização aqui, para quem ainda não está se movimentando contra a reforma trabalhista e contra ao que virá – a previdenciária, que está em curso também –, enfim, contra todos os retrocessos que estão aí anunciados, quem não começou a se movimentar ainda, utilize esse espaço, hoje, aqui, como um marco, como o inicial, esse espaço de mobilização, e saiam e falem com suas bases, falem com quem puderem.

Vamos, realmente, nos articular porque o movimento contrário está muito articulado. Ainda há pouco, eu comentava aqui com o Deputado Chico Vigilante que a gente percebe a forte articulação e organização dessa onda de retrocesso que está vindo. É um pessoal que já tem essa agenda há muitos anos – como já foi falado aqui várias vezes –, e já está muito preparado para colocá-la em prática, para implementá-la.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	56

Nosso papel como sociedade, como trabalhadores que somos e como responsáveis também pela – no nosso caso e dos senhores também – promoção de cidadania e promoção de direitos, nós temos o dever, a obrigação de resistir e combater firmemente. Então, vamos à luta!

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigada, Dra. Ana Cláudia.

Passo a palavra ao nosso companheiro, ex-Deputado Federal e Ministro do Trabalho e da Previdência e um grande combatente na defesa da liberdade dos trabalhadores e no fortalecimento da democracia, Sr. Ricardo Berzoini.

SR. RICARDO BERZOINI – E sindicalista, antes de tudo.

Vou ler aqui um texto que está no UOL: "A Reforma Trabalhista vai retirar dos empregados de forma sagaz, porque será um processo gradual. Avaliação do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em confronto com a opinião do Presidente do Tribunal, Mauricio Godinho Delgado. Em forte discurso contra a mudança na legislação, o ministro comparou o novo contrato com jornada intermitente à servidão voluntária. 'Com todo respeito, a reforma retira muitos direitos, mas com uma inteligência, com uma sagacidade sem par. Ela não faz a retirada automática e permite que os direitos sejam retirados na prática', disse o ministro em sessão de debate sobre a reforma no plenário do Senado. 'Os direitos poderão ser retirados no dia a dia da relação de emprego'. O ministro do TST dá como exemplo o trecho do projeto que estabelece que benefícios como ajuda de custo, auxílio-alimentação, prêmios e abonos e diárias para viagens não são parte do salário. 'Ao fazer isso, tecnicamente, a reforma já está rebaixando o ganho econômico do trabalhador, sem contar que está rebaixando também a arrecadação do Estado'. Para o ministro, a reforma rebaixa o patamar civilizatório mínimo alcançado pela legislação brasileira. 'A jornada intermitente é um contrato de servidão voluntária. Alguns de nós imaginam-se submetidos à jornada intermitente? O indivíduo simples fica à disposição, na verdade, o seu tempo inteiro ao aguardo de três dias de convocação'. A jornada intermitente permite contratar empregado, e o funcionário só trabalhará e será remunerado caso a empresa o convoque. 'Esse indivíduo sequer poderá ter crédito bancário porque o salário dele é absolutamente desconhecido, nem o empregador sabe, nem ele saberá'. E por aí vai.

Eu queria me colocar à disposição dos sindicatos aqui presentes e também dos que estão ausentes para, se for útil, evidentemente, fazer eventos com a minha presença nos sindicatos, porque eu acho que esse assunto é de tal gravidade que estou à disposição de quem precisar para a gente fazer esse debate.

Vamos à luta porque é urgente. Se isso passar no Senado, o movimento sindical será aniquilado. Mudar o art. 7º e liquidar direitos como férias e décimo-terceiro salário será muito mais fácil, com o movimento sindical aniquilado, com os

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	57

sindicatos quebrados e com a Esquerda criminalizada, como querem alguns setores da imprensa e do Judiciário.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro Ricardo Berzoini.

Passo a palavra ao nosso companheiro sindicalista, bancário, Sr. Jacy Afonso de Melo.

SR. JACY AFONSO DE MELO – Depois dessas brilhantes falas aqui, estou em dúvida se faço um agradecimento curto, que seria “obrigado”, ou um agradecimento longo. Como o assunto exige uma profunda reflexão, muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro Jacy Afonso.

Quero aqui registrar um ofício do Deputado Robério Negreiros, que saudando esta iniciativa, e outro do Deputado Delmasso, que também a saúda.

Quero agradecer à equipe do meu gabinete, todos colaboraram para que este evento acontecesse; ao Cerimonial da Câmara, que é o Kennedy e a Verônica, que estão aqui; ao pessoal do som, ao Massaru, que está ali; à copa, às companheiras Ruth e Francisca, que serviram o cafezinho e a água, e que são terceirizadas; aos companheiros da Polícia Legislativa; aos brigadistas e aos vigilantes terceirizados desta Casa.

Quero retomar a sessão deliberativa. Aqui temos isso. Se chegar um expediente, temos de retomar a sessão deliberativa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Quero agradecer também às taquígrafas e aos taquígrafos, que tão bem trabalharam aqui nesta tarde e noite. Tudo que todo mundo falou está registrado e depois será disponibilizado para vocês. Isso é possível graças ao brilhante trabalho dessas trabalhadoras e desses trabalhadores. Outro dia, num pronunciamento meu aqui, Ricardo Berzoini, eu chamava a atenção deles de que é possível terceirizar a taquigrafia também, se passar sem limites a terceirização. Já imaginou isso aqui terceirizado? Porque se pode terceirizar tudo! Até os Deputados. Há alguns que já estão.

Eu quero agradecer-lhes e dizer que nós gravamos tudo. Está tudo disponível. Depois, quem quiser separar um trecho de cada coisa que falou aqui para fazer um videozinho pode conversar ali com o Massaru. Pode dizer: “Olha, eu quero

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11	05	2017	15h05min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA – COMISSÃO GERAL	58

que separe o meu trecho, me mande o vídeo, que eu quero trabalhar com o que eu falei nas redes sociais”.

Ainda tenho aqui umas camisetas, que o companheiro Brígido vai distribuir para a Mesa, que são da campanha patrocinada pelo Sinttel.

São 19h11min. Quero agradecer também aos mais de 10 mil internautas que já passaram pela nossa rede social e nos acompanharam de certa forma.

Não lembro quem propôs aqui que se fizesse um seminário, mas quero dizer que nós estamos de acordo em fazer o seminário. Já conversei aqui com o Brígido Ramos. O Sinttel já se propõe a ajudar a patrocinar o seminário. Depois eu vou conversar com o José Maria e a diretoria do Sindicato dos Vigilantes. Nós também vamos buscar o Sindicato dos Rodoviários e outros sindicatos parceiros. A nossa ideia, Afonso...

SR. JACY AFONSO DE MELO – O Sindicato dos Bancários também participará.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Sindicato dos Bancários também vai participar, o Sindiserviços também, o dos aeroviários também.

A nossa ideia é haver café da manhã para os delegados – as pessoas vão ser previamente inscritas, porque nós queremos a garantia do público –, lanche da tarde, almoço. Não é aquele almoço de caviar, não. Uma costela de boi já está muito bom.

A ideia é a gente fazer aqui no auditório da Câmara Legislativa, onde cabem cerca de quinhentas pessoas. Nós vamos convidar o Dr. Valdir, a Dra. Ana Cláudia, o Ricardo Berzoini, o Dr. Mário Caron e outras autoridades e, de acordo com as mesas, nós colocamos cada sindicato patrocinador coordenando cada uma. Essa é a ideia que está na minha cabeça e eu já a estou expondo.

Portanto, na semana que vem, a gente já vai procurar esses sindicatos para fazer uma reunião, verificar o dia melhor e chamar os senhores e as senhoras. Nós gostaríamos muito da presença de vocês, porque é fundamental. A ideia é de, desse seminário, os trabalhadores, diretores, delegados sindicais etc. saírem armados para a rua. Armado, eu digo, com a palavra, para saber o que a gente tem que fazer.

O Dr. Valdir achou um dado muito interessante. O projeto no Senado Federal tomou o número 38. O 38 é uma arma letal. Já foi uma das mais fortes. Hoje já há outras, mas o 38 ainda mata e mata muito. Portanto, esse é o projeto da morte.

Gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e demais convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão ordinária e a comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 19h13min.)